

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Palmela

Realizada no dia 17 de dezembro de 2020

Ata N.º 34

No dia dezassete de dezembro de dois mil e vinte, pelas vinte horas e quarenta minutos, no Cine Teatro São João em Palmela, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Palmela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

PONTO DOIS – Orçamento e Grandes Opções do Plano 2021-2025;

PONTO TRÊS – Mapa de Pessoal para o ano de 2021 e Revisão ao Regulamento Interno de Descrição de Funções e Tarefas;

PONTO QUATRO – Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Palmela – Alteração – Aprovação final;

PONTO CINCO – Empréstimo bancário de médio e longo prazo para financiamento de investimentos na rede viária municipal – Adjudicação.

PONTO SEIS – Autorização para assunção de compromissos plurianuais resultantes de contrato de empréstimo de médio e longo prazo, celebrado junto do Banco Europeu de Investimento (BEI) – “Linha BEI PT 2020”, ao abrigo da alínea c) do n.º 1, do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá, pelo Primeiro Secretário Carlos Caçoete e Segundo Secretário, Sra. Andreia Sofia Dias Bento.

Efetuada a chamada verificou-se a presença dos elementos abaixo identificados.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá;
- Sr. Domingos da Costa Rodrigues;
- Sr. Joaquim Silvino Pato Caçoete;
- Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura;
- Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete;
- Sra. Sónia Cristina Matos Rodrigues Semião;
- Sra. Rute Isabel Morgado Trindade;
- Sr. Joaquim Pereira Pires;
- Sra. Andreia Sofia Dias Bento;
- Sr. António Joaquim Viegas;
- Sra. Maria João Camolas Contente Caleira;
- Sra. Paula Cristina Guerreiro Sobral;
- Sr. Manuel Joaquim Fernandes Lagarto;
- Sr. António Manuel Caeiro Mestre;

- Sr. António Viegas.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. José Carlos Matias de Sousa;
- Sr. Carlos André Caetano da Silva;
- Sra. Ana Elísia Gonçalves Monteiro;
- Sr. Rui Manuel Marques Lourenço;
- Sra. Maria Dulce Pereira Francês Silva Marques;
- Sr. António Manuel Camacho Guerreiro Godinho;
- Sr. Jorge Manuel Marques Freitas;
- Sra. Patricia Alexandra da Silva Bento Caixinha;
- Sr. Jorge Manuel Cândido Mares.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. Centro Democrático Social/Partido Popular (PPD/PSD.CDS-PP):

- Sra. Maria Rosa Pinto Bôcas;
- Sr. Colin Michael Mateus Marques;
- Sr. Roberto José Lopes Cortegano.

Por parte do Movimento Independente Pela Mudança (MIM):

- Sr. Mário Rui Faustino Baltazar;
- Sra. Luz Bela Correia Veríssimo.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE)

- Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos.
- Sr. Carlos Manuel da Silva Oliveira.

Verificou-se ainda as seguintes ausências:

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sr. Nidberto Patuleia Paiva;
- Sra. Cecília Maria Cordeiro de Sousa.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. Pedro Miguel Paula Biu.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. Centro Democrático Social/Partido Popular (PPD/PSD.CDS-PP):

- Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim.

Em representação do Executivo Camarário estiveram presentes:

- Sr. Presidente Álvaro Manuel Balseiro Amaro;
- Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho;
- Sr. Vereador Adilo Oliveira Costa;
- Sr. Vereador Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha;
- Sr. Vereador Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão;
- Sr. Vereador Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço;
- Sra. Vereadora Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo;
- Sr. Vereador Carlos Miguel Viegas Vitorino;
- Sr. Vereador José Calado Gertrudes.

Iniciando os trabalhos, a **Sra. Presidente da Mesa** informou que:

- **Sr. Pedro Miguel Paula Biu do PS**, justificou ausência à sessão, porque não pode estar presente, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Carlos André Caetano da Silva** que se encontra presente.
- **Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim do PPD/PSD.CDS-PP**, justificou ausência à sessão, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Roberto José Lopes Cortegano** que se encontra presente.
- **Sr. Nidberto Patuleia Paiva da CDU**, justificou ausência à sessão, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Sónia Cristina Matos Rodrigues** que se encontra presente.
- **Sra. Cecília Maria Cordeiro de Sousa da CDU, Presidente da União das Freguesias de Poceirão e Marateca**, justificou ausência à sessão, fazendo-se representar por **António Joaquim Viegas** secretário do executivo.

De imediato, procedeu-se à tomada de posse dos novos Membros **Srs. Carlos André Caetano da Silva do PS, Roberto José Lopes Cortegano do PPD/PSD.CDS-PP**, e a **Sra. Sónia Cristina Matos Rodrigues Semião da CDU** e que após juramento de honra e assinadas as respetivas atas, que ficam apensas à presente, foram empossados no cargo.

Solicitou a **Sra. Presidente da Mesa** a aprovação em minuta dos pontos que irão ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

A **Sra. Presidente de Mesa**:

"Quero cumprimentar todos os companheiros da Assembleia Municipal, uma saudação especial ao Sr. Presidente da Câmara, às Sras. e aos Srs. Vereadores, aos técnicos da Câmara Municipal, aos Srs. Jornalistas e aos Srs. munícipes que nos acompanham não só, em casa como habitualmente, mas hoje também na sala e portanto merecem uma saudação especial aqueles que vieram à nossa Assembleia nestes tempos difíceis, que são tempos naturalmente em que a participação ao vivo, em local físico, presença física, nas reuniões, tem sido bastante escassa, por razões que nós também compreendemos.

Vamos iniciar a nossa reunião, como sabem trata-se de uma reunião ordinária, tem seis pontos na ordem de trabalhos, por ser reunião ordinária tem espaço para o chamado período antes da ordem do dia e período de

intervenção do público, nós vamos fazer a chamada para confirmar as presenças e de seguida entramos no período destinado à intervenção do público, pelo que os Srs. munícipes presentes se desejarem intervir é nessa altura que o devem fazer.”

Período de Intervenção dos Munícipes

A Sra. Presidente de Mesa:

“As indicações que recebemos, foi que alguns dos ausentes estavam a caminho, até ao final da sessão vamos confirmar, registamos para já a sua presença.

Ainda antes de convidar os Srs. Munícipes a intervir, queria dizer que nós temos distribuídas quatro Saudações, Recomendações ou seja, temas a abordar no Período de Antes da Ordem do Dia, apresentados pelo PPD/PSD-CDS.PP e pelo Partido Socialista e portanto queria dizer aos Srs. Membros da Assembleia, que o Período de Antes da Ordem do Dia hoje, deve de merecer alguma contenção da nossa parte uma vez que temos uma Ordem de Trabalhos, com temas pesados como sabem.

Eu vou de imediato perguntar aos Srs. Munícipes presentes se desejam usar da palavra? É para intervir?

Então eu vou pedir que se identifique.”

O Sr. Pedro Filipe Oliveira Lima:

“Boa noite, o meu nome é Pedro Lima, estou aqui para vos dar a conhecer o monumento histórico das Cabanas, que esse monumento chama-se “Cinema São Gonçalo” e foi construído nos anos sessenta por uma família das Cabanas. Em tempos teve uma grande referência, e por essa alegria das pessoas consegui juntar trezentas assinaturas até hoje, que vai ser entregue em breve ao Sr. Presidente, com um abaixo-assinado para avançarmos com este projeto.

A Associação de Convívio para Idosos de Cabanas - (ACIC), com quatrocentos membros atualmente, pretende adquirir esse edifício, é de grande valor para a aldeia e pode vir a servir a aldeia e as populações próximas com várias atividades lúdicas, espaços multiusos, como temos um espaço grande lá no meio, podemos vir a fazer isso, com um bar de apoio, com várias atividades culturais nesse espaço, que também podemos dar assistência às crianças da escola primária que fica perto do edifício e várias atividades tanto para os pequenos, como para os graúdos, onde fazem parte também os Membros da Associação.

Contamos com o apoio do povo e queremos que vocês façam parte e dar vida a este cinema. Como sabem eu já consegui dar vida aos Moinhos Vivos de Palmela e à casa da “Tia Mariazinha” na Quinta do Anjo, que é uma casa centenária e por isso mesmo, eu acredito que o “Cinema São Gonçalo”, pode vir a ter perigo novamente e quero que vocês todos façam parte deste projeto de sonho.

Muito obrigado, na mesma, boa noite.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Obrigada também pela sua intervenção.

Não vai deixar nada escrito?

Muito bem, fica gravado e portanto ficará na nossa ata a sua questão.

Pergunto se há mais alguma intervenção que desejem fazer, os Srs. Munícipes presentes neste período?

Não há mais intervenções?

Recordo aos Srs. Munícipes que o Período de Intervenção do Público é agora, isso foi feito de propósito para facilitar a vida às pessoas que em reuniões muito longas, muitas vezes ficavam à espera até muito tarde para poderem intervir, por isso é que o Regulamento passou a ser desta forma.

Não havendo mais questões, encerramos o período do público, continuamos no Período de Antes da Ordem do Dia, e por essa razão dou a palavra aos Srs. Membros da Assembleia, perguntando quem quer intervir neste período?

Vamos dar lugar às Saudações e às Recomendações que temos em cima da mesa e a seguir preparam as vossas intervenções.

Convido o PSD/CDS que tem a autoria da primeira Recomendação sobre Repavimentação de Estradas Nacionais, quem quer apresentar o tema?

Sra. Membro da Assembleia, Maria Rosa Pinto, tem a palavra.”

Período de Antes da Ordem do Dia

Recomendação PPD/PSD.CDS-PP “Repavimentação de Estradas Nacionais”

Tomou a palavra a **Sra. Maria Rosa Pinto** para apresentar a Recomendação, que ficará apenas à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta votos a favor (catorze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

Sobre a Recomendação foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A Sra. Presidente de Mesa:

“Obrigada.

Alguma questão sobre este assunto?

Está aceite e será reencaminhada à Câmara Municipal.

De seguida, convido neste momento, o Partido Socialista para apresentação da sua Saudação por favor.”

Saudação PS “Dia Internacional da Pessoa com deficiência”

Tomou a palavra a **Sra. Maria Dulce Marques** para apresentar a Saudação, que ficará apenas à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta votos a favor (catorze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

Sobre a Saudação foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A Sra. Presidente de Mesa:

“Obrigada.

Sobre esta Saudação alguma intervenção? Alguma questão?

Tem a palavra a bancada do PSD/CDS.”

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD-CDS.PP:

“Compreendemos a Saudação do “Dia Internacional da pessoa com Deficiência”. Porém mais que as saudações entendemos que aqui, nesta Assembleia e nos executivos Autárquicos, deve-se passar mais à prática do que só à Saudação.

No que nos toca pessoalmente quando integrámos o executivo da Quinta do Anjo, promovemos a acessibilidade de deficientes, está ali o António Mestre que também sabe porque estava comigo no

executivo, ou eu estava com ele, na promoção da acessibilidade à própria junta de freguesia até porque, tínhamos cidadãos deficientes pelo menos, um, como trabalhador autárquico.

Concordando com tudo isto, os dados do INE-Instituto Nacional de Estatística, são de dois mil e um, estamos em dois mil e vinte, em todo o caso depois o parágrafo refere as percentagens da OMS-Organização Mundial da Saúde e do Banco Mundial, que são efetivamente superiores.

No que diz respeito à autarquia já aqui trouxemos várias vezes a questão da empregabilidade na autarquia relativamente à quota dos deficientes, que decorre da lei e, portanto, não teremos nenhum problema em votar favoravelmente esta Saudação. No entanto, muito gostaríamos que se passasse mais à prática, com propostas de medidas concretas a serem aplicadas no concelho.

Porém, no segundo parágrafo a contar na segunda página, vemos aqui um elogio ao Governo. Nós não estamos aqui para elogiar o Governo, nem fazíamos ao nosso Governo, quando estávamos no poder, e portanto, congratulamo-nos com estas medidas que o Partido Socialista aqui trouxe e do âmbito governamental, mas queremos mais, e queremos mais, também para o concelho, inclusive nas acessibilidades dos edifícios públicos. Nós por exemplo, vamos aqui ver a Repartição de Finanças, como é que as pessoas deficientes vão à Repartição de Finanças em Palmela? E daria outros exemplos, e portanto, é nesta prática autárquica que nós gostamos de nos vincular.

Além disso, esta Saudação que diz que o plano global da OMS- Organização Mundial da Saúde, foi de dois mil e catorze a dois mil e vinte e um, depois só refere a prática a partir de dois mil e dezassete, o que quer dizer que, antes disso, não foi nada feito? Posso depreender isso? E portanto, respeitando a Saudação e saudando o "Dia Internacional da Pessoa com Deficiência", nos moldes em que o parágrafo é apresentado como saudação ao Governo e nós nem os nossos governos aqui saudávamos, iremos abster-nos, reivindicando melhor acessibilidade para os cidadãos do concelho que temos trazido aqui esta Assembleia e é só."

A Sra. Presidente de Mesa:

"Obrigada.

Alguma intervenção mais, sobre este assunto?

Tem a palavra a Bancada da CDU, Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo."

O Sr. António Mestre da CDU:

"Boa noite Sra. Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os presentes, eleitos desta Assembleia, do Município de Palmela, todos aqueles que assistem a esta reunião quer presencialmente, quer aqueles que em casa nos veem.

Sobre esta Saudação não se pode ficar indiferente, obviamente que saudar a pessoa com deficiência, e evocar os princípios da União Europeia, e aqueles a que estamos obrigados por tratados, parece-me que é simplesmente evocar a razão de existirem as entidades que promovem isto, no entanto, peca esta saudação por se esquecer do local, já foi aqui referido pela minha antecessora, quer aquilo que existe no local, mas também me parece que não deve de ser por desconhecimento, que esta saudação trás, eu recordo que todos aqueles que lemos, na comunicação social, não é preciso andarmos muito distraídos, basta lermos aquilo que nos é fornecido pela comunicação social, foi recentemente celebrado pela Câmara de Palmela com inovado autismo um protocolo sobre a implementação do "KIT Role Models" tendo sido amplamente divulgado.

Sobre a questão de também dos direitos e como se manifestam estes direitos sobre pessoas, recordar que os próprios concursos públicos, feitos na autarquia, no seu clausulado tem em caso de empate e em caso de existência de pessoas com deficiência candidatas, empatadas em pontuação e que tenham mais de sessenta por cento de incapacidade, o caráter preferencial.

Dizer que a maior parte das nossas autarquias têm feito esse trabalho, e não falo aqui, só sobre a Quinta do Anjo, que temos há muito tempo, mas dou o exemplo da União de Freguesias de Poceirão e Marateca, privilegiar a integração em condições no mercado de trabalho destas pessoas.

Eu gostaria muito de ver que esta saudação não se limitasse, até para evitar alguns equívocos que aqui foram proferidos a referir que é um eixo estratégico de Palmela de quinze/dezanove, porque é verdade, para além do eixo estratégico, há um conjunto de concretizações no Município de Palmela, também nos ficariam bem enquanto Assembleia, vê-las reconhecidas aqui, porque estamos a falar de efetivamente dum reconhecimento do outro, através desta saudação e eu dou o exemplo, "Festival ExpressArte, Network for Models", a parceria com "Inovar Autismo – Associação de Cidadania e Inclusão tem como principal missão promover a inclusão das crianças, jovens e adultos com Autismo", a articulação com o "Movimento Associativo para as práticas", os "Desportos adaptados", não nos falta matéria para também quando saudamos o esforço que a União Europeia fez, e Portugal por estar vinculado fez, e as medidas que o Governo tomou, acho que seria de bom-tom reconhecemos aquilo que no nosso território também estamos a fazer.

Era só."

A Sra. Presidente de Mesa:

"Obrigada.

Mais alguma intervenção? Então votamos, trata-se de uma Saudação."

Submetida a Saudação a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e oito votos a favor (catorze da CDU, nove do PS, um do PPD/PSD – Colin Marques, dois do MIM e dois do BE) e duas abstenções do PPD/PSD-CDS-PP – Roberto Cortegano e Maria Rosa Pinto,

A Sra. Presidente de Mesa:

"Passamos agora ao tema seguinte da responsabilidade do PSD/CDS e dou a palavra para a sua apresentação, Sr. Membro da Assembleia, Roberto Cortegano."

Recomendação PPD/PSD.CDS-PP "Manutenção de abrigos de passageiros e colocação de horários"

Tomou a palavra o **Sr. Roberto Cortegano** para apresentar a Recomendação, que ficará apenas à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta votos a favor (catorze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

Sobre a Recomendação foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A Sra. Presidente de Mesa:

"Obrigada também.

Sobre este tema, alguma intervenção?

A Recomendação seguinte, continua a ser da responsabilidade do PSD/CDS, quem vai apresentar por favor?

Sr. Membro da Assembleia, Colin Marques."

Recomendação PPD/PSD.CDS-PP "Manutenção de arvores e plantas"

Tomou a palavra o **Sr. Colin Marques** para apresentar a Recomendação, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta votos a favor (catorze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

Sobre a Recomendação foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A Sra. Presidente de Mesa:

"Obrigada.

Alguma intervenção sobre este tema?

Então está entregue a recomendação.

Em representação pela bancada da CDU, Cristina Moura, tem a palavra."

A Sra. Cristina Moura da CDU:

"Boa noite, antes de mais gostaria de saudar todos os presentes na pessoa da Sra. Presidente.

Relativamente a esta Recomendação, só deixar aqui a nota que há aqui alguns pontos que consideramos que deveriam ser focados, nomeadamente quando se refere; "*têm-se verificado grandes deficiências*", é natural que este ano hajam grandes deficiências, todos os serviços têm vindo a ser afetados, e as equipas de espaços verdes, claro que sim, e em grande parte.

Quanto aos trabalhos que são aqui referidos, as podas, os cortes de ramos de árvores, está na altura, portanto, são tarefas que são realizáveis neste período, não estamos ainda em tempo finito, é uma questão de as próprias equipas e daí ser uma recomendação, e concordamos que sejam evidenciadas esses aspetos, que serão depois as equipas de verão a fazer esses trabalhos no tempo que ainda está a decorrer.

Depois, relativamente aqui à questão das árvores protegidas, sobreiros, isso, já são árvores que requerem uns processos mais específicos, porque já incluem a intervenção de técnicos do ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, não é diretamente com a Câmara, mas já passa por um processo lateral.

Por último, quando se refere aqui no parágrafo, "*Estaremos a observar as devidas preocupações ambientais*", eu julgo que, se calhar, a expressão "*preocupações ambientais*", dever-se-ia substituir por "*preocupações no âmbito das manutenções dos espaços verdes*", porque julgo que é disso que estamos aqui a tratar, são de manutenções, no geral, com estas devidas ressalvas iremos votar favoravelmente esta recomendação."

A Sra. Presidente de Mesa:

"Não votamos porque é uma recomendação.

Alguma questão mais Srs. Membros da Assembleia?

Tem a palavra a bancada do PSD/CDS, Maria Rosa Pinto."

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD-CDS.PP:

"Agradecendo a intervenção anterior, de quem percebe também do assunto, quero aqui referir que há zonas que não sofreram intervenção já o ano passado, portanto, não é o ano da pandemia que vem justificar, eu percebo, que a Câmara talvez tenha poucos técnicos nessa área, por isso, trazemos aqui a recomendação para que a manutenção seja feita, porque o problema não é deste ano é de há mais anos.

Para além disso, na questão dos sobreiros só aqui esclarecer, por exemplo, no que diz respeito ao sobral da Quinta do Anjo, bem sabemos que a Câmara até já pediu a intervenção a dada altura da entidade

competente. Acontece que há lá sobreiros que estão mortos e a cair aos bocados, e agora que foi posta a nova vedação, esse é um dos exemplos, de falha de manutenção. Podia ir buscar mais e, portanto, há ali assuntos a tratar, qualquer que seja a entidade tem que ser sempre feito através do pedido da Câmara e é só.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Penso que terminamos estes temas, antes de devolver a palavra aos Srs. Membros da Assembleia, eu queria partilhar uma informação neste Período antes da Ordem do Dia, que tem que ver com um email, que que recebemos hoje na Assembleia Municipal, a sua origem é o designado “Movimento de Moradores do Vale da Vila”, e através deste email dizem que pretendem convidar os cabeças de lista, com representação na Assembleia a estar presente no dia vinte e dois às nove horas, no Aceiro do Anselmo, em Vale da Vila Pinhal Novo, para se reunirem com a população local, para discutir as atuais obras e más acessibilidades até às suas moradias. Fazem de mim, porta-voz para os Srs. Membros da Assembleia, acrescentando que o convite é extensivo a Presidente da Assembleia Municipal.

Eu queria dizer-vos o seguinte: dou-vos conhecimento, estamos aqui hoje, procurei, tendo em conta o tema e o facto de irmos para uma reunião que queria saber se vos reencaminhava o assunto, se partilhava, estou a partilhar, eu não vou estar, procurei saber junto da Câmara Municipal, o que é que estava a ser feito acerca do tema, sei que neste dia, e percebi então que seria por essa razão que nos estavam mobilizar, nesse dia o Sr. Vereador Adilo, tem uma reunião marcada com a população e soube hoje que o Sr. Presidente ia participar, portanto, eu entendo que este é um tema efetivamente da competência da Câmara Municipal, se houvesse aqui um vazio, no sentido de a Câmara Municipal não estar a tratar do assunto, naturalmente, sentia-me na obrigação de estar, ou de perceber o que se passava, assim pela minha parte, está delegado em quem tem obrigação de intervir e, portanto, Srs. Membros da Assembleia estão informados, eu não vou.

Vamos continuar, quem deseja de usar da palavra agora, Sras. e Srs. Membros da Assembleia, por favor, para temas diferentes, pedindo alguma contenção.

Dou a palavra ao Bloco de Esquerda, Sr. Membro da Assembleia Carlos Oliveira.”

O Sr. Carlos Oliveira do BE:

“Muito obrigado, Sra. Presidente, cumprimento na sua pessoa todos e todas as presentes, também quem nos está a assistir lá em casa, através da transmissão online. O que me traz aqui hoje, são duas questões que eu acho que são de carácter urgente e de fácil resolução por parte do município, neste caso da Câmara.

Primeiro, tem a ver com o abrigo de passageiros de autocarros junto à Escola Básica 2,3 José Saramago no Poceirão, aquilo que nos reportaram é que o transporte escolar e de passageiros, chega ainda antes dos portões da escola abrirem e devido às condições climatéricas que tem existido como têm comprovado por vocês próprios, tem chovido muito, e o abrigo que lá existe não é suficiente para abrigar as crianças o que leva a que muitas delas cheguem à sala de aula já com parte da roupa molhada e às vezes até na sua totalidade, completamente molhada.

Penso que é possível a Câmara, das duas, uma, ou tentar junto da competência, seja o Ministério da Educação, seja a Direção Regional de Educação, mas penso que seja possível, por um lado, a Câmara pedir que o Agrupamento de Escolas José Saramago, possam abrir o portão das escolas mais cedo, por outro lado, era a ampliação do abrigo para que as crianças no caso de os portões não estarem abertos, poderem estar mais abrigadas, esta é uma situação.

A outra situação, é no Pinhal Novo, e tem a ver com as obras de construção civil na Avenida dos Ferroviários, da construção de prédios de habitação, o que se passa, é que já, em pelo menos, dois prédios de habitação que estão a ser construídos, à a projeção de pedras, e areias, e cimento, para a via pública no caso é a ciclovia ou a ecopista, como quiserem chamar-lhe, ou o passeio, causa transtorno inevitável a quem ali circula, aos peões.

Penso que é urgente uma inspeção do por parte da Câmara no local, e que os responsáveis da obra protejam o local para que se evite projeção deste tipo de materiais para a via pública, e era isto, disse.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Obrigada.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, outras intervenções por favor?

Vi primeiro o PPS/DCD, se não for assim, não é grave, apesar de tudo, a seguir o MIM.

Sr. Membro da Assembleia Roberto Cortegano.”

O Sr. Roberto Cortegano do PPD/PSD-CDS.PP:

“Só dar aqui informação de algumas situações rapidamente, primeiro, uma situação no Pinhal Novo, na estrada do Aceiro do Costa, quer junto ao viaduto, quer mesmo no viaduto, os rails de proteção das bermas têm sido alvo já de diversas batidas durante muito tempo, praticamente, alguns já não existem, outros estão praticamente a cair e acho que precisam urgentemente de substituição, sendo uma rua utilizada por largas centenas de viaturas e onde os rails asseguram a segurança dos condutores que ali circulam. Eu não sei se é diretamente competência da Câmara, ou se poderão informar a entidade competente porque, de facto, está em muito mau estado.

Outra situação, também no Pinhal Novo, e tem a ver com o controlo de limite de velocidade no Aceiro dos Arraiados, que a alguns anos foi asfaltado, mas é um aceiro que tem muitas casas junto à estrada, não há espaço para haver ali grandes passeios nalgumas zonas, só que, para além de não haver sinalização de limite de velocidade, também não há nada que controle a velocidade ali, e os moradores têm-se queixado que sentem uma grande falta de segurança com velocidade a que se circula naquela estrada.

Também uma outra situação que se tem visto no Pinhal Novo, e que é algo perigosa, que é na Avenida dos Ferroviários, na passadeira ali junto à Pastelaria da “Bambi 2”, aquela passadeira, também os carros circulam em alta velocidade, já tem havido ali alguns acidentes e poderá algum dia acontecer alguma coisa mais grave.

Para já é só muito obrigado.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Obrigada.

Agora dou a palavra ao MIM, por favor.”

O Sr. Mário Baltazar do MIM:

“Boa noite, Sra. Presidente, caríssima Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, caríssimos Membros de outras forças políticas, técnicos da autarquia, público em geral que nos assiste aqui e lá em casa, comunicação social.

Trago aqui três pontos muito rápido. Na sequência de um contacto efetuado por parte de um munícipe que vive no Bairro Alentejano, informou-nos que na Rua das Forças Armadas, mais propriamente junto da ETAR, estão a ser executadas determinadas obras ilícitas, naquela zona, uma dessas edificações, inclusivamente por cima de um armazém. A pergunta que faço é se existe por parte da autarquia, algum conhecimento relacionado com esta matéria?

Uma outra questão, que traria aqui, é relacionada com a Estrada Nacional 252, no sentido Volta da Pedra para a portagem de Palmela, alguns moradores também daquela zona tem-nos feito chegar a sua insatisfação após o asfaltamento daquela via, não, pela melhoria do piso, mas sim, pela forma, como aquele

traço contínuo neste momento, foi colocado, acontece que os moradores têm que ir ou à rotunda da Volta da Pedra, ou à rotunda da portagem, a questão que levanto, é porque a única saída que nós temos ali e acesso, de qualquer dos lados é para a estrada das Serralheiras, Urbanização Casa da Quinta, e St. Peter Scholl, gostaria também de colocar a questão se existe ou se vai existir, alguma alteração daquela linha.

Trazia aqui um reparo, relacionado com os contentores que se encontram na Rua Hermenegildo Capelo, a seguir à "Varanda Azul", acontece que, quando dois carros se encontram a circular naquela zona, quem vem de cima, vai ter que parar, porquê? Porque os contentores estão a ocupar uma parte da faixa de rodagem, além de acontecer, naquela zona, temos outras zonas em Palmela e fora de Palmela, que também está a acontecer a mesma coisa.

E é só de momento, muito obrigado."

A Sra. Presidente de Mesa:

"Obrigada também.

Mais alguma intervenção?

Tem a palavra agora PSD/CDS, novamente."

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD-CDS.PP:

"Há pouco, não referimos porque era a altura das moções, congratulamos com a intervenção do público presente nesta Assembleia e dizer aqui que estamos de acordo quanto à aquisição por parte da Câmara do Cinema de Cabanas. Aliás, trouxemos aqui essa proposta, se bem me lembro, há três anos e fizemos essa recomendação à Câmara. Na altura, foi-nos dito que havia dívidas, que o proprietário tinha dívidas nas Finanças. E só para dar conhecimento que a essa altura trouxemos essa proposta nesta Assembleia.

Temos aqui algumas reclamações de alguns munícipes, ou alguns pedidos de esclarecimento. Na Quinta do Anjo, por exemplo, houve um munícipe que nós referiu ter já contactado a Câmara por diversas vezes no sentido da oposição de lombas na Rua José Ricardo Xavier, e que terá tido a informação de que não era aconselhável por causa da passagem dos carros dos bombeiros e ambulâncias. Acontece que há lombas daquelas mais baixas, com outras características que podem perfeitamente ser apostas, parece que a velocidade também é muita e, portanto, deixamos aqui essa ideia novamente.

Queríamos também pedir um esclarecimento ao Sr. Presidente que também já foi pedido por munícipes e que ainda não tiveram resposta, relativamente a uma construção que está a acontecer no Padre Nabeto, segundo a informação que tenho na Alameda de Macau. Queria saber se o terreno é da Câmara, se foi vendido. A construção está também a ocupar, ao que sabemos a via pública, e queríamos esse esclarecimento.

Já aqui dissemos e falámos das vias asfaltadas, e no que toca aqui à Câmara Municipal, esta semana tivemos Reunião da Comissão da Juventude em Poceirão, eu como vinha um bocadinho atrasada de Lisboa fui pela autoestrada e entrei por Águas de Moura, verifiquei novamente que aquele acesso de Águas de Moura a Poceirão, o José Carlos está-se a rir, está completamente "*mauzinho*" e, portanto, pedíamos a intervenção da Câmara. E mesmo na parte de Poceirão a Palmela também se encontram bastantes troços ainda em muito mau estado. Na altura, o Sr. Presidente, no ano transato, disse que a manutenção dessas vias, ia ser feita aos poucos. Portanto, não sei se era quinhentos metros se eram seiscentos de cada vez, o que nós aqui perguntamos é o que é que está finalmente proposto para essas vias, que à noite e com pouca iluminação se tornam ainda mais perigosas. Já nem vou falar aqui da estrada da Coca-Cola, porque essa obra nunca mais começa, mas parece que já está resolvido o problema...

Por último, e não querendo alongar-me, agora na época da pandemia, há menos circulação nos comboios, as pessoas estão mais em teletrabalho, mas os alunos já circulam, queremos trazer aqui novamente o problema da escassez dos comboios e dos horários dos comboios, nomeadamente desde dois mil e quatro a obra que se encontra por concluir e que munícipes têm escrito até nos jornais, fazendo com que comboios

param em Coima e, portanto, haja muito menos comboios a circular nas zonas que atravessam o concelho de Palmela e até em Setúbal. Talvez seja a hora, de repensarmos novamente, recomendarmos aos poderes públicos uma vez que também está agora na ordem do dia a questão da mobilidade e dos transportes, talvez também uma vez que fazem menos poluição a questão dos comboios seja novamente um estudo da fazer-se mormente na Estação de Pinhal Novo, e é só.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Obrigada.

Mais alguma intervenção neste período de antes da ordem do dia, Sras. e Srs. Membros da Assembleia?

Não havendo pergunto ao Sr. Presidente da Câmara que talvez possa, partilhar, ou no período seguinte, vou-lhe dar a palavra daqui a pouco.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, se não há outras intervenções, vamos passar, vamos encerrar o período de antes da ordem do dia, entramos no período da informação da Câmara e o Sr. Presidente quando intervir, pode se quiser responder às preocupações manifestadas.

Sr. Presidente da Câmara, tem a palavra.”

O Sr. Presidente da Câmara:

“Muito obrigado Sra. Presidente, restantes membros da Mesa, Sras. e Srs. Membros da Assembleia, Sras. e Srs. Vereadores, caras e caros munícipes que nos acompanham aqui e à distância, trabalhadoras e trabalhadores do município a todas e a todos cordiais saudações.

Procurando telegraficamente comentar e eu responder as questões aqui legitimamente colocadas, primeiro lugar felicitar a vinda do nosso município Pedro Lima, o Cine Teatro São Gonçalo é, de facto, um edifício de interesse pela sua história, diria também que do ponto de vista arquitetónico, não sendo nada de conservação de classificação patrimonial, mas que interessa preservar, e o município, por isso mesmo desde o início da elaboração do Plano de Cabanas, procurou identificá-lo como equipamento para que ele primeiramente, não pudesse vir a ter outro uso e tem também um conjunto de regras que visam sempre seja qual for hoje a sua utilização, também pode ser um hotel, pode ser um alojamento, pode ser um bom restaurante, mas, oxalá seja um espaço de cultural, ou seja um espaço comunitário para diversas atividades ele tem de cumprir determinadas regras, tem aqueles índices, tem aquele estacionamento e tem que manter aquela traça.

Feito este esclarecimento dizer que nos parece muito interessante que a cidadania através de uma associação, que possa unir, juntar-se, mobilizar-se, para a aquisição daquele edifício e depois, obviamente, o município cá estará também para apoiar as atividades de acordo com o impacto que elas tenham na comunidade de interesse público dessa associação, o município não pode comprar todo o património que aí existe abandonado, seja por particulares, seja até por entidades públicas no nosso concelho, mas tem, obviamente, uma estratégia, primeiro o diagnóstico de necessidades de equipamentos que precisa desde logo, por exemplo, alojar os seus serviços e em diversas áreas, em diversas freguesias, e tem depois no âmbito já do planeamento estratégico, aquilo que é, uma carta de equipamentos e também as suas principais necessidades, por exemplo, para aquela zona e para aquela freguesia, são, neste momento, assinaladas necessidades mais ao nível da resposta da pessoa idosa, para aquela freguesia estamos, por exemplo, neste momento muito mais empenhados em adquirir o terreno ao lado da Escola de Cabanas para poder ampliá-la, mas, enfim, não está nos planos mais imediatos do município substituir-se a qualquer grupo de cidadãos ou qualquer particular na aquisição daquele edifício, mas estaremos disponíveis para dar apoio às dinâmicas que vierem a acontecer.

Sr. Membro da Assembleia Carlos Oliveira, é justa a sua chamada de atenção, nós também temos interagido com munícipes e em particular Encarregados de Educação de alguns alunos, primeiramente, o abrigo havia sido apedrejado e entretanto creio que já o reparamos e também já houve contactos com o Sr. Vereador e com o Agrupamento de Escolas, porque, de facto, esta questão do “Covid-19”, do desfasamento das

entradas, o afastamento, etc., com tempo de chuva veio provocar necessidades que dantes ninguém, sonhava com elas hoje não há escola nenhuma que não queira tendas à porta para servir de telheiro quando chove, quando não chove, hoje ninguém se lembra disso, mas se estiver a chover copiosamente à hora de irmos levar os nossos filhos à escola toda a gente acha que o espaço público devia de estar cheio de tendas, porque no outro sitio fizeram, num outro sitio meteram um toldo, num outro sitio abarracaram uma coisa, nós temos falado com o Agrupamento de Escolas e a questão de duplicar o abrigo ou de colocar um outro abrigo, também pode ser uma solução que vise atenuar o aglomerado de crianças e jovens ali a determinadas horas.

As obras na Avenida dos Ferroviários, a proteção que a obra tem que ter, aliás, basta ver a diferença entre obras particulares, e obras públicas, se o meu amigo for aos Paços do Concelho, ele está todo forrado, está a ter intervenções e pretende-se que a intervenção no edifício, as obras não permitam cair na via pública ou sobre quem passa, porque o edifício está a ser utilizado, etc., detritos de obra, alguns impactos colaterais e nesta medida, procuraremos que a fiscalização técnica das obras, mas também a fiscalização municipal possa numa atitude pedagógica intervir junto dos senhores construtores.

Sr. Membro da Assembleia Roberto Cortegano, Aceiro do Costa, reparação de redes de proteção, segundo percebi, não sei se é no entroncamento com a EM533 para nós é sempre a Estrada dos Espanhóis ou se é já junto D. Afonso Henriques, no viaduto, se for no viaduto os rails ainda fazem parte do viaduto da extinta Refer, hoje a Infraestruturas de Portugal se for lá no outro sitio, foi feito por eles, mas, neste momento, nós já assumimos essas reparações e iremos ter isso em consideração numa das próximas empreitadas, porque isso não é feito por administração direta da Divisão de Rede Viária e Espaço Público.

Aceiro dos Arraiados, limite de velocidade, infelizmente, depois de cada novo aceiro pavimentado vêm os pedidos das lombas, o que acontece desde dois mil e dezasseis é que temos um conselho Municipal de mobilidade que dantes já tínhamos, mas, com regulamento e que por lei passou a ter que lhe dar pareceres sobre esta matéria e eu diria mais de noventa e cinco por cento dos pareceres são negativos por causa das viaturas de emergência é evidente que eu também considero que há lombas não estão bem executadas, são demasiado altas, mas também se forem demasiado baixas, também não servem, enfim, é complicado, colocar um semáforo limitador de velocidade em cada arruamento e em cada estrada e os limites de velocidade até estão no local, podem ser arrancados ou não, mas também quando não estão nós sabemos dentro de localidades, dentro de aglomerados urbanos, o Código da Estrada, penso que tiramos todos a carta sabemos qual é a velocidade, mas, de facto, infelizmente, não havendo respeito vamos ter que encontrar formas de induzir os condutores a andarem mais de vagar.

O que é que foi feito e foi um compromisso assumido com os moradores e até o ano passado, numa sessão descentralizada na Lagoa da Palha, no âmbito da Freguesia do Pinhal Novo, essa questão voltou a ser discutida e penso que já está executada, foram colocadas bandas cromáticas até bastante altas e barulhentas a anteceder cada um dos cruzamentos, porque aquele aceiro é de facto, uma grande reta e tem vários cruzamentos.

É evidente que reduz, mas quem tiver um carro com uma boa suspensão se calhar não quer saber disso, continuaremos a analisar, hoje há outras soluções, mas depois também ninguém percebe, mas são sobretudo utilizadas em centro urbano, que é o estreitamento das vias quando as vias estreitam os condutores intuitivamente reduzem a velocidade, mas ali não estamos num arruamento estamos numa estrada municipal e a hierarquia das vias também tem algumas regras, que procuraremos continuar a estudar outras soluções, mas não sei se vamos conseguir com os pareceres desfavoráveis, embora já tenhamos desrespeitado alguns também, em situações mesmo, muito, muito, muito críticas, continuar a fazer lombas, porque também vos digo, há quem deseja as lombas, mas garanto-vos que à outro tanto de gente ou mais contra as lombas, e já tem havido acidentes em que, apesar de ficar comprovado que a pessoa teria o excesso de velocidade para as condições da via já procuraram pedir responsabilidades ao município por causa disso, são coisas com seguros, com tribunal, que por aí andam, não vou generalizar mais, mas teremos em consideração o estudo de outras soluções.

Na Avenida dos Ferroviários, também colocámos bandas cromáticas recentemente, mas, de facto, eu também por ali passo mesmo de manhã cedo, ou a qualquer hora, há ali exageros, nós estamos a procurar

seguir as regras de ir ao centro da rotunda, desviar, etc., e somos ultrapassados, só falta passarem por cima, é pela direita é um pandemónio ali com alguns condutores.

Aquilo tornou-se uma variante, que é a variante que Pinhal Novo não tem, pouca gente já vai à antiga nacional que ainda é a nacional, que é a Rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral e de facto há ali incumprimentos e incúria de muitos condutores e também à incúria de alguns transeuntes, porque também já assisti a situações em que pessoas que vão para ali fazer a sua atividade desportiva, aparecem na passeadeira assim a correr de um momento para outro e às vezes é impossível, evitar alguns acidentes, mas para já temos conhecimento e, se calhar, o que fez emergir agora um bocadinho esta conversa, foi um episódio que as redes sociais multiplicaram, mas estamos a procurar estudar outras soluções, uma delas é umas pinturas com uma tinta vermelha aborachada a anteceder as passeadeiras, que faz um bocadinho de atrito nos carros, e que também chama a atenção do condutor para a necessidade de reduzir a velocidade, estudámos já também com a nossa Rede Viária nalguns locais colocar o limite de velocidade pintado em grande dimensão no pavimento e isso está a ser estudado essencialmente, para estes perímetros urbanos que têm estas vias mais estruturantes, vamos ver se conseguimos ali utilizar e experimentar essas modalidades, ou se teremos mesmo de chegar às lombas, mas depois vai ser outro sarilho.

Sr. Membro da Assembleia, Mário Rui Baltazar, Rua das Forças Armadas, obras ilícitas, eu não tenho conhecimento de todas as coisas que se passam, nem consigo dizer-lhe se o Sr. Vereador que tem o Pelouro, o tem, mas fica registado e vamos certamente procurar saber o que se passa.

Na EN252, efetivamente todos nós nos congratulámos, ainda há pouco, também muito oportuna esta chamada de atenção da necessidade de conservação das estradas nacionais e se a EN379 é uma vergonha, porque, de facto são muitos anos sem qualquer conservação ou pintura de sinalização horizontal, a EN252 no troço Pinhal Novo, Volta da Pedra, ainda Aires, não sofria também qualquer beneficiação há vários anos, ficamos todos contentes quando vimos alguns remendos, tapetes, etc., nalgumas zonas, mas fomos depois surpreendidos negativamente pela sinalização horizontal, aquilo que as Infraestruturas de Portugal responderam ao Conselho Municipal de Mobilidade e à Câmara Municipal, na sequência dos problemas da viragem para o Colégio, na Estrada das Serralheiras, foi que estavam a estudar uma solução até proposta por cidadãos e por munícipes, de proibição de viragem para a estrada das Serralheiras para obrigar sim, quem queria ir à estrada das Serralheiras fazer sempre as duas rotundas e prometeram-nos isso para o último trimestre do ano.

Qual não é o nosso espanto, fomos todos, mas mesmo todos, surpreendidos quando precisamente para a viragem da Estrada das Serralheiras, pode verificar que está lá o tracejado para permitir entradas e saídas e para as pessoas que tinham o tracejado para poderem entrar nas suas garagens, no comércio ali existente, etc., passou a estar um traço contínuo, eu ainda pensei quando fazem o alerta e falei com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Palmela, que não me deixa mentir e se começou a chover, eles não devem ter terminado isso, aliás, as passeadeiras ainda não estão pintadas, mas estão lá picotadas para ser feito, mas de imediato, a Câmara enviou um email, ao responsável das Estradas das Infraestruturas de Portugal, dando conta da insatisfação e procurando perceber se a obra estava terminada ou não, e solicitando uma reunião no local, também deste email, já dei conhecimento ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Palmela, se não o recebeu, vai recebê-lo dentro de dias e, portanto, solicitamos às Infraestruturas de Portugal que antes de continuar ou terminar o que ali falta venha discutir connosco, a solução que é uma Estrada Nacional e a da sua responsabilidade, mas está numa zona urbana e tem que discutir com o município a solução da sinalização que está a ser um transtorno para quem ali reside.

Sobre a Rua Hermenegildo Capelo localização de contentores ou falta de aros, etc., não entendi bem, mas vamos analisar porque temos sempre que ter aqui alguma atenção no arranjo do espaço público para a colocação destes recipientes.

Estimada Rosa Pinto, lombas na Rua José Ricardo Xavier é isso, se calhar, até já lá existem como na Rua António Mion, também houve umas indeferidas, mas já lá estava uma, algumas foram feitas antes do Conselho Municipal de Mobilidade, passar a emitir estes pareceres. Nós ainda assim, vamos transigindo com alguns pareceres depois de muitas pressões e também de alguma reanálise do local. Este ano penso que fizemos seis, não foi Sr. Vereador? É muito pouco, mas para os nossos técnicos é muito, porque não

concordam com a execução delas, mas vamos voltar a estudar esse dossiê, o Sr. Vereador vai ter que definir a prioridade dos pedidos que lá tem, para o próximo ano.

A construção que ocupa a via pública na Rua de Macau, vamos também avaliar, peço ao Sr. Vereador que tem a fiscalização para tentar perceber o que é, se for uma questão já colocada em Reunião de Câmara, da construção, numa zona que as pessoas pensavam que era todo o terreno para equipamento coletivo, devo esclarecer e já esclarecemos os Srs. Vereadores, que também nos trouxeram a este assunto que houve várias alterações ao alvará de loteamento, que a área de cedência efetivamente existe, mas nessa zona há um lote numa terceira alteração ao alvará que está consignado para um particular com venda ao público e que, na última versão do alvará ao lado desse lote há cinco lotes que são do município e toda a cedência para equipamentos que já lá existe, Padre Nabeto, a sede, o Poli Desportivo e outras áreas, algumas até já negociadas para "IPSS-Instituição Particular de Solidariedade Social" da freguesia poderem ali construir os seus equipamentos, mantem-se as áreas de cedência do loteamento só que houve, de facto, uma rearrumação ao longo dos anos, aquilo é dos anos oitenta, já houve pelo menos três mexidas no loteamento, o que é que vamos fazer? Falámos disso, na última Reunião de Câmara, é fazer a planta síntese final e esclarecer, que é para as pessoas perceberem que, afinal, aquela tira tem ali até mais cinco pontos.

Acesso Águas de Moura a Poceirão, trata-se da estrada regional sim, outra estada das Infraestruturas de Portugal. A EM533 e a EM533/1 entre Poceirão e Penteado, é uma estrada pequenina, como estão a ver, com efeito já foi beneficiada em cerca de três quilómetros e meio, mas tem muitos outros quilómetros para beneficiar.

O empréstimo, e as obras para o empréstimo, que V. Exas., já aqui aprovaram, tem contemplados, e hoje vamos aprovar se entenderem o contrato, tem aprovados para a EM533 e a EM533/1, trezentos mil euros, o que significa que vamos fazer ali, no mínimo mais três quilómetros, alguns não serão contínuos porque vamos intervir, quer ali, numa zona da curva que vai quase até ao Lau, nas zonas que estão mesmo mais necessitadas.

Comboios eixo Norte-Sul, devo dizer-lhe que o município, desde que se começou a falar este mandato no Plano Nacional de Investimentos, tem essa reivindicação proposta numa ficha específica apresentada ao Sr. Ministro das Infraestruturas, à AML - Área Metropolitana de Lisboa e à Presidente da CCDR LVT - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, portanto, o município tem estas como outras, estratégicas, que é numa lógica de visão regional, tem essa reivindicação da duplicação, quer de uma linha em Pinhal Novo, quer no cais de manobras entre outras coisas que têm que ver também com uma aposta forte na ferrovia.

Disse, Sra. Presidente sobre esta matéria, se entender que eu deva introduzir já o, ponto um."

Período da Ordem do Dia

A Sra. Presidente de Mesa:

"Sim, Sr. Presidente, eu sugeria que sim, agora pedia era dispensa da sua leitura."

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

O Sr. Presidente da Câmara:

"A situação pandémica exigiu, grandes alterações no modelos de trabalho, procurámos responder às necessidades das populações de envolver a organização de uma forma transversal com muita criatividade e empenho em todas as respostas para não parar o trabalho e para proteger pessoas, quer os nossos municípios, quer os nossos trabalhadores, foi particularmente desafiante o início do novo ano letivo.

O relatório dá conta das inúmeras ações, mas tornar o possível regresso à escola com segurança, obrigou a grandes ações de desinfecção, distribuição de máscaras reutilizáveis a todos os alunos do concelho, tapetes desinfetantes para entradas, reforço de material informático e de som e de imagem das escolas, distribuição termómetros infravermelhos nos jardim-de-infância, criação de circuitos de transportes escolares para permitir o distanciamento e a testagem de todas as assistentes operacionais do pré-escolar, e refeitórios, e dos motoristas, etc.

Depois a preparação do ano letivo foi muito além destas questões de prevenção e do combate à pandemia, quem esteve mais atento, percebeu que inaugurámos a renovada Escola Básica de Cabanas que se fizeram importantes obras na Escola Básica Alberto Valente em Pinhal Novo, que se tratou de uma nova cobertura no Jardim-de-infância dos Olhos de Água, que se fizeram grandes intervenções em curso nos logradouros da Escola Básica de Batudes, no Jardim-de-infância de Lagameças, da ampliação do refeitório, e alteração do recreio coberto do pré-escolar da Escola Básica Zeca Afonso, que concluirá até final do ano.

Na lógica ainda da Educação e do social foi particularmente importante a aposta no apoio às famílias, a oferta de cadernos de atividades a todos os alunos do 1º Ciclo, do Programa de Alimentação Escolar, a discriminação positiva na ação social escolar, e nos transportes escolares, demos início ao Programa de "Reforço Alimentar", como um complemento aos lanches do pré-escolar e do 1º Ciclo. Também fizemos adendas para contratos com as empresas que conosco trabalham para terem mais auxiliares de apoio até para acompanhar a refeição das crianças.

Não fizemos a Receção à Comunidade Educativa, como gostaríamos de ter feito, mas fizemos como foi possível, nesta sala, quero chamar a atenção para o desenvolvimento da campanha "Educação com sentido é ir no sentido de todos" é muito ligada para a Escola Inclusiva. O Plano Inovador de "Combate ao Insucesso Escolar" que prossegue, destacam-se sobretudo as ações de capacitação de docentes em várias áreas, ações de dinamização da leitura, espetáculos para o público escolar, oficinas parentais, aquisição de material didático e desportivo.

No capítulo das obras e na área da Reabilitação Urbana e Centro Histórico a intervenção de natureza estrutural para evitar derrocadas está praticamente concluída, não foi ainda desmontada a última grua, porque estão a ser feitos ensaios para ficarem registados para o LENEC-Laboratório Nacional de Engenharia Civil, espero que a grua saia de lá no início de janeiro.

Tem continuidade a empreitada para criação de percursos acessíveis no Castelo de Palmela "PRARRÁBIDA – CAFA", também está praticamente concluída naquilo que diz respeito aos circuitos estabelecidos, depois, faltam os arranjos paisagísticos. Temos também a assinalar aqui muito interessante os resultados das escavações arqueológicas realizadas no adro da Igreja de Santa Maria do Castelo, já foram apresentados à comunidade e houve também eventos de referência já aqui em Palmela, as "Comemorações do Dia Nacional dos Castelos", O curso "Fortificações Romanas da Lusitânia" que atrai sempre muitos investigadores e muita gente a Palmela, concluíram-se obras na sacristia da Igreja de Santiago, estão em preparação outras intervenções de beneficiação do edifício, nos espaços museológicos, do Serviço Educativo do Museu Municipal, no Gabinete de Estudos da Ordem de Santiago.

Este ano marcado pelo confinamento levou também que as nossas Redes de Bibliotecas, tivessem que se adaptar, mas continuaram a afirmar-se junto da comunidade com serviços diferenciados e, apoios muito importantes, sobretudo à população escolar e as pessoas de "Idade Maior". O Polo de Quinta do Anjo reabriu as suas portas porque esteve fechado durante alguns meses, está a ter grande dinamização o programa de "Formação para a Comunidade".

Também na área da Cultura, um grande esforço de reinvenção e adaptação o município tem estado a programar, a honrar compromissos com criadores e artistas, há vários espetáculos, quase todos os fins de semana há até em quase todas as freguesias, três, quatro, mas fazemo-lo em segurança com grande capacidade de trabalho e de adaptação dos grupos dos nossos trabalhadores de higienização das salas, onde decorrem as atividades.

Queremos também destacar no teatro e na dança a inovação que constituiu a forma de assinalar a Festa das Vindimas este ano, mas também o dia Mundial da Música e os vinte anos do Centro Cultural do Poceirão,

que foi assinalado com várias atividades, de várias expressões e um espetáculo memorável do "Grupo Musical Monda".

Na área desportiva, empreitada em curso para a requalificação do antigo Polidesportivo do Poceirão, que será um Pavilhão, que já decorre a bastante bom ritmo, tem havido menos atividades de exterior, mas decorreu o "I Duetlo Jovem de Pinhal Novo Palmela".

A empreitada de implementação de energias renováveis e o sistema de gestão eficiente para energia que se iniciou na Piscina Municipal de Palmela, é uma obra importante, permitirá e está a ser feita por fases, agora suspende-se e só volta em junho, permitirá uma redução do consumo energético na ordem dos quarenta e três por cento.

Nos mercados, quero aqui destacar as obras em curso para a qualificação do Mercado de Produtores em Pinhal Novo, depois da 1ª fase da intervenção do Mercado de Quinta do Anjo, chamar aqui a atenção para uma excelente dinâmica em colaboração com os produtores e com a Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, que é o "Mercado de Aldeia", que era uma experiência quinzenal e que passou a ser semanal ininterruptamente.

O dia da "Agricultura e do Mundo Rural", que foi assinalado com a realização do "Webinar", de uma visita ao Pólo Experimental da "PORVID – Associação Portuguesa para a Diversidade da Videira", o dia "Mundial do Turismo", os brindes na Casa-Mãe da Rota de Vinhos, no Posto de Turismo, etc.,etc.

Continuamos muito apostados na promoção dos produtos locais de qualidade e na oferta turística inovadora, nós recebemos por via dos filmes promocionais e do trabalho que fizemos nesta área o 1º prémio na categoria se "Enoturismo" no Festival Internacional de Cinema de Turismo "ART & TUR", em Viseu, a experiências "Escape Tower", no Castelo, foi de tal modo bem-sucedida, que tem tido repetições e querem continuar a fazer com alguma periodicidade este trabalho, isto dá, um pouco a ideia de alguma oferta integrada e esta questão da promoção dos produtos tem sido de facto importante para que a nossa economia local não obstante a pandemia mantenha níveis de produção e de escoamento, seja dos vinhos, dos queijos, dos licores, das compotas, das frutas, bastante aceitáveis.

Quero aqui relevar também o facto de através da missão "Mar Aberto" da Marinha Portuguesa, o Município tem enviado para o Município da Praia, em Cabo Verde, com qual mantém um Acordo de Cooperação, mobiliário escolar para equipar três salas de aula, numa ação solidária, mobiliário escolar que pertencia às nossas escolas que também têm vindo a ser, sobretudo as novas que foram renovadas, mas quero dizer-vos que é material e mobiliário escolar de qualidade, não são coisas velhas, era coisas em muito bom estado e é isso que nos interessa fazer na Cooperação.

No capítulo ainda da solidariedade para terminar, quero aqui destacar a solidariedade demonstrada por diversas empresas do concelho, que ao abrigo do Programa "Mecenas de Palmela", continuaram a envolver-se na vida da comunidade de forma responsável, apoiando a atividade municipal e contribuindo com equipamento de proteção individual, material informático, e bens alimentares, para responder a necessidades específicas de muitas instituições, de muitos grupos, de muitas associações nos tempos em que vivemos.

Penso que a nossa comunidade têm dado prova de uma enorme capacidade de resiliência, e apesar das múltiplas dificuldades e alterações foi possível continuar a fazer avançar e a fazer acontecer no concelho, isto dá-nos alento para receber dois mil e vinte e um, já agora com um bocadinho mais de esperança, de que será um ano melhor.

Disse Sra. Presidente."

A Sra. Presidente de Mesa:

"Obrigada Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, sobre este ponto da Informação Municipal, alguma questão favor?

O PSD/CDS tem a palavra."

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD-CDS.PP:

"Trazíamos aqui uma questão novamente ao Sr. Presidente, interpelamos através do Sr. Presidente, bem sabendo que, o assunto é de um pelouro de outro Vereador, mas, como o Sr. Presidente é o Coordenador da Ação Executiva, relativamente à energia aqui na página setenta e três, das informações que nos foram dadas, refere aqui que no domínio da eficiência energética foi concluída a preparação dos elementos concursais e a definição financeira para o procedimento implementação de um contrato de "Gestão de Eficiência Energética no sistema de Iluminação Pública", e do sistema de gestão "Smart Cities", gostávamos que o Sr. Presidente aqui concretiza-se um bocadinho melhor.

Para além disso, também refere aqui algumas ações que permitem uma redução de consumo de energia, mormente as intervenções na piscina. Nós, voltamos aqui a trazer a poupança de energia pelas luminárias fundidas há mais de dois anos, e que continua na mesma, e queríamos saber se o Sr. Vereador do Pelouro, através do Sr. Presidente tem informações da EDP, sobre o assunto ou se temos que ir nós a EDP tratar do assunto, porque efetivamente há luminárias em estradas completamente sem luz, que estão fundidas há três anos, eu digo, há dois, com boa vontade, e que já aqui trouxemos por diversas vezes e que assim se mantêm inalteráveis, e é só."

A Sra. Presidente de Mesa:

"Mais alguma intervenção por favor?"

Tem a palavra bancada da CDU, Sra. Membro da Assembleia, Cristina Moura."

A Sra. Cristina Moura da CDU:

"Boa noite.

Eu gostaria de saudar o município por todo o empenho feito neste período difícil, para todos nós, e também para a comunidade.

Relativamente aqui a Atividade Municipal, gostaria só de salientar aqui dois pontos: na prevenção da lagarta processionária do pinheiro, saudar as atividades que foram feitas, microinjeção que vão prevenir todos os constrangimentos que, a posteriori temos, depois na altura da descida da lagarta.

Por outro lado, na área do bem-estar animal, todas as tarefas bem necessárias para a saúde pública, a esterilização de quarenta e cinco felinos é pouco, tendo em conta a quantidade de felinos selvagens que existem sem dono e talvez continuar a fomentar estas ações.

Obrigada."

A Sra. Presidente de Mesa:

"Obrigada.

Mais alguma intervenção Srs. Membros da Assembleia?

Não havendo, pergunto ao Sr. Presidente da Câmara se quer responder."

O Sr. Presidente da Câmara:

"Muito telegraficamente, se me permitir Sra. Presidente, sobre o contrato de energia dizer que ele foi à última Reunião Pública de Câmara, foi aprovado por maioria, apenas com um voto contra, é de facto, uma revolução na iluminação pública e é bom fazer aqui este esclarecimento à Assembleia, porque outrora nós fizemos uma candidatura para a Eficiência Energética a Iluminação Pública, garantida uma verba por Palmela, no âmbito do pacto da AML-Área Metropolitana de Lisboa, foi adjudicada, foi a primeira candidatura

a ser aprovada, foi muito elogiada, mas, é tão boa, mas os concorrentes não se entendem e então andávamos há um ano e meio com um assunto arrastado em tribunal e não conseguimos, adjudicar.

Entendemos e bem dar nota ao PORLisboa - Programa Operacional Regional de Lisboa, que não vamos prosseguir com aquela candidatura, as questões continuam lá em tribunal, mas não vamos adjudicar a ninguém, vamos perder esse financiamento que também era pouco generoso, mas a opção que fizemos e que os nossos serviços e o Sr. Vereador, muito bem discutiram connosco e propusemos e tivemos todos de acordo, foi avançar para este modelo de contrato, que ainda por cima, tem outra vantagem, não se confina a duas freguesias é para todo o concelho, estamos aqui a falar de alterações em cerca de vinte e oito mil ou mais luminárias, pois, é que nós, já temos cinco mil em led, como podem verificar às vezes mudam aí uns amarelinhos para uns brancos e isso já é tudo led. Já agora também esclarecemos que às vezes os locais onde a EDP tem feito o Led, preferencialmente e prioritariamente nem sempre são aqueles que o município propõe, temos aliás, às vezes algumas divergências, mas eles vão pondo isto ao abrigo de um contrato que assinámos para o efeito, mas, lá está, já estão mais de cinco mil, agora vamos ter mais dezanove mil e vai ser em todo o concelho.

A "Smart Cities" é, de facto, um passo que tínhamos que dar também, porque introduzimos no contrato a possibilidade de ter algumas experiências piloto não só de redução dos fluxos de energia, mas do controlo dos contadores da rega, dos espaços verdes, através de redes de Wireless, até dá para vermos se alguns contentores estão cheios, se as papeleiras estão cheias, é uma monitorização através de redes e imputes e depois de controlo informático, daquilo que se passa numa cidade em matéria de ambiente, e são projetos, ainda zonados em dois ou três jardins, mas que depois haveremos de avançar para outros locais e é, de facto, altamente vantajoso e mesmo perdendo financiamento, vamos reduzir muito substancialmente o custo com a iluminação pública, aquilo que pagávamos habitualmente à volta de um milhão, agora, se calhar, duzentos e tal mil por ano, já pagamos quase um milhão e quinhentos, agora um milhão duzentos e tal, vamos possivelmente, passar a gastar metade, por causa da rede inteligente um bocadinho mais, mas ganhamos por ser inteligentes, não se perde nada.

Lagarta proçessionária, se me permite só aqui uma nota, é um processo que a autarquia já vem utilizando a alguns anos, mas até porque ainda há pouco se falou aí das podas da necessidade de etc., há muito trabalho a fazer, mas há muito trabalho feito e os relatórios da atividade se forem bem, verificados dão nota das ações que estamos a fazer, e muitas até por falta de trabalhadores na área, com várias adjudicações ao exterior, mas quero aqui dizer que há outras intervenções desta natureza como o tratamento que está a ser feito nas palmeiras, para evitar a mortandade também nas palmeiras em Pinhal Novo, não apenas na Vila Serena, mas também em Valle Flores, e com outras intervenções do escaravelho vermelho e do piolho não sei do quê, e depois vamos ter outro desafio, é que algumas árvores hoje, vão ser avaliadas em vários locais do concelho, muitas espécies que não sabemos se elas estarão, não devem estar, em bom estado sanitário e para evitar alguma tragédia, vamos ter que, através de um estudo depois tomar algumas decisões e substituir algumas espécies, e isto não é nenhum ataque às árvores, porque nós podemos mandar dez abaixo, mas, felizmente, plantamos cem logo a seguir, mas, há aqui hoje este desafio do tratamento fitossanitário, do acompanhamento permanente das espécies, e no futuro, temos que implementar neste município, como noutros, um plano de arvoredo urbano, que tem que ser bem estudado, isto não pode ser, "*há aqui quero laranjeiras ali, quero palmeiras*", isto não pode ser assim, não pode ser à vontade do freguês, peço desculpa, nem pode ser a vontade do promotor, nem do loteador, tem que haver de facto, de acordo com cada território, de acordo com o clima, de acordo com aptidão do solo, determinadas árvores, porque estarmos a plantar árvores, depois, elas levantarem a calçada todas, caírem para cima das casas, incomodarem as pessoas, provocarem acidentes, estragarem sistemas de esgotos, etc., é preferível e vamos até no âmbito também do plano de ação das alterações climáticas, clarificar algumas medidas para que passem a ser regra, que começa logo desde o loteamento no Urbanismo, ao Gabinete de Ambiente, à Divisão de Serviços Urbanos, toda a gente tem que as cumprir, é um trabalho que estamos neste momento, também a desenvolver.

Peço desculpa, por ter-me entendido, bem-estar animal, quarenta e cinco neste período que foram só dois meses, mas vamos continuar e estamos a adquirir mais serviços para esgotar e aproveitar também todos os apoios e financiamentos que houver para a estabilização, seja de felídeos, seja de que de canídeos."

A Sra. Presidente de Mesa:

"Muito bem.

Passamos ao segundo ponto da ordem de trabalhos, à apresentação do Orçamento e Grandes Opções do Plano."

PONTO DOIS – Orçamento e Grandes Opções do Plano 2021-2025.

O Sr. Presidente da Câmara:

"A proposta é longa, a introdução também, mas eu vou procurar fazer aqui a síntese, como as Sras. e os Srs. Membros da Assembleia tiveram oportunidade de verificar, esta proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano, tem aqui novidades, passou a ser elaborada de acordo com as regras do "Sistema de Normalização Contabilística" para as Administrações Públicas, que introduziu aqui algumas alterações, tem dado bastante trabalho aos serviços, mas de uma maneira geral também há aspetos que segue um bocadinho a nomenclatura e as designações que já existiam no Pocal, estão aqui referidas na proposta quais as novidades, não vou maçar os com isto.

Chamo a atenção para a nota de enquadramento técnico e de enquadramento orçamental do documento que receberam, fazendo aqui um elogio aos serviços, porque com a documentação internacional e nacional disponível, procurar perspetivar os cenários económicos e financeiros dos próximos anos com tanta instabilidade e incerteza foi, de facto, um trabalho notável se no passado já era apurado, este ano mesmo numa corrida contra o tempo, está aqui, um autêntico tratado que vale a pena ler, e tem coisas engraçadas também para nós, nos divertimos nem que seja a "Lei de Murphy", que é a certeza que pode correr tudo mal ao contrário das previsões. Feita esta nota de rodapé a guisa de brincadeira, interessa recordar que, do ponto de vista programático o orçamento de dois mil e vinte e um, dá sequência, e conclui o ciclo de gestão iniciada em dois mil e dezassete, porque tem, de facto, os grandes compromissos de mandato em matéria de obras e muito especificadas, mas tem também já um conjunto de ações entretanto enriquecido pelas questões do "EU PARTICIPO!", por muitas propostas, por muitas outras necessidades e oportunidades que ocorrem no dia-a-dia, mas tem, de facto, já aqui linhas implícitas de estratégias de alguns programas, como é normal que nos posicionam já, para um próximo mandato seja em matéria de candidaturas a um novo quadro comunitário que vai ser muito mais complexo, muito menos financiado até dois mil e vinte e sete e que também, tem hoje já aqui em consideração algo que hoje tive a oportunidade de discutir no Conselho Metropolitano, o "PRR- Plano de Recuperação e Resiliência", como agora se diz, não é nenhum partido novo, nós vamos ter que aproveitar e bem que os fundos europeus, a famosa bazuca, não vai ser para aquilo que muitos de nós gostaríamos, porque faz falta muitas obras que infelizmente não podem ser financiadas com esses fundos, mas há questões de natureza social que vão ter ali uma boa oportunidade de dinamização económica e o município, nesse capítulo já tem aqui algumas coisas implícitas, estou a falar-vos na estratégia local de habitação e naquilo que não podemos meter já no plano em termos financeiros, porque só podemos depois candidatar-nos após este plano entrar em vigor, mas temos já a estratégia local de habitação e dois mil e vinte e um, embora seja para concluir até vinte e seis, este plano vai ter as grandes premissas e as grandes apostas onde é que se vai investir nestas áreas.

A própria carta educativa que está em revisão o diagnóstico social está em revisão, conjunto de equipamento das "IPSS-Instituição Particular de Solidariedade Social" que vamos apoiar agora nas candidaturas ao "PER-Processo Especial de Revitalização", enfim, algumas novidades que vão aí encontrar.

Voltando aqui às questões financeiras, ah! Antes disto, dizer, o plano programático do ano, de dois mil e vinte e um, encerra também o quadro comunitário em vigor, "Portugal 2020", no plano formal, é normal que algumas obras terminem em dois mil e vinte e dois, mas isso tem que ver hoje até com esta questão da dificuldade das empresas, falávamos hoje também, que parece que estas coisas da pandemia só afetam o vizinho ou a vizinha que nós conhecemos, que teve "Covid-19", nós cada vez que há uma pessoa suspeita que seja, de estar infetada, pára tudo, nós sentimos isso, em quatro/cinco empreitadas que temos, parou logo, durante catorze dias, até nalgumas equipas municipais quando à alguma suspeita, etc., etc.

Há aqui graves problemas, com Tribunais de Contas, empreitadas, ritmos, concursos desertos, mas de uma maneira geral, temos praticamente tudo lançado no terreno ou à espera de começar depois de percorridos os trâmites legais e os prazos legais para se poderem entrar em obra.

Mas em termos financeiros, as expectativas para dois mil e vinte e um são menos otimistas do que nos anos anteriores. Não esquecer que nós tivemos aqui, de facto um ano extraordinário que foi o de dois mil e dezanove, muito influenciado pela receita do IMT, e também por alguma dinâmica do município e por candidaturas, etc., etc., mas há aqui uma mudança de ciclo que já começou a fazer-se sentir na quebra da receita já este ano, nós já sentimos, não é tão grave quanto era há dois meses atrás, mas é quase um milhão de euros são novecentos e tal mil euros a menos, pelo menos nos impostos diretos, vamos ver como é que compensamos nos outros lados.

É expectável um agravamento em dois mil e vinte e um, basta percebermos o que se passou na vida das pessoas, das famílias, desempregados, das empresas fechadas sem rendimentos, não há rendimentos, não há Derrama, não há participação do IVA, não há nada, vai ser muito pior quando for para fazer o orçamento daqui a um ano, em dois mil e vinte e dois. Mas já vamos sentir quebra de receitas já a partir de janeiro, certamente, mas temos esperança que depois com novas candidaturas e esta bazuca, se conseguirmos afetar na AML - Área Metropolitana de Lisboa, às reais necessidades do nosso território, a obra pública também dinamiza a economia, mas o setor privado precisa também de apoios e está a tê-los, imputes, etc., para não parar e para ter capacidade de resposta de promoção, desenvolvimento, de emprego e naturalmente, correndo bem, há impostos e à arrecadação de receita.

O orçamento inicial de dois mil e vinte e um, tem um crescimento face ao de dois mil e vinte, na ordem dos quinze virgula oito por cento e isto decorre de três fatores, por um lado, somos obrigados a aplicar a tal regra dos vinte e quatro meses que favorece a estimativa, ora se dois mil e dezanove foi muito bom, mesmo que nós saibamos que não vamos ter esta receita, somos obrigados a meter lá esta média.

Depois temos de facto, nos impostos diretos um desempenho mais favorável, a Derrama e a participação no IRS, houve mais emprego, houve mais riqueza, e quem tem que pagar e quem pode pagar há, de facto, uma maior participação no IRS e depois também à que contar com o facto de termos empréstimos contratados, seja para as obras dos fundos comunitários, seja para outras obras e isso também faz crescer, naturalmente o nosso orçamento.

No capítulo da despesa, há aqui um aumento das disponibilidades financeiras do município, mas que depois acaba por ser absorvido com os compromissos e encargos existentes, por um lado há aqui um crescimento acima da taxa de inflação dos preços de alguns bens e serviços, há o crescimento exponencial de alguns bens e serviços, no caso da higiene e limpeza urbana, para dizer-vos que nós, recorrendo ao outsourcing quando não temos mais capacidade de pessoal e de viaturas, o serviço é cada vez mais caro e as toneladas e o trabalho é infundável e depois vale a pena, ver aí alguns indicadores e quanto é que cresce, mas há também aqui a absorção com as despesas de pessoal, despesas de pessoal por bons motivos, na minha modesta opinião. Primeiro, porque vamos contratar, precisamos, sobretudo para as áreas operacionais, mas não só há necessidades de quadros em todos os domínios, temos o desbloqueamento das promoções, contamos com a reposição do valor das horas extraordinárias, mas há aqui também uma opção política que é a aplicação da opção gestonária, isto vai dar, se não estou em erro, um aumento das despesas com pessoal na ordem dos cinco por cento, comparativamente a dois mil e vinte.

Orçamento de cinquenta e quatro vírgula oito milhões, um aumento de quinze vírgula oito relativamente ao inicial de dois mil e vinte, mas menos seis vírgula sete face ao orçamento atualmente em vigor.

O conjunto dos impostos diretos, vinte e três vírgula sete milhões, um aumento de quatro vírgula sete por cento, continua a ter o maior peso na receita do município, quarenta e três vírgula três por cento, transferências efetuadas ao abrigo da Lei das Finanças Locais, ainda incumprida atinge, nove vírgula quatro milhões de euros que representam dezassete vírgula um por cento do total das receitas orçamentadas.

No capítulo taxas, multas e outras penalidades, no valor de um vírgula oito milhões, isto representa três vírgula dois por cento do total das receitas e, finalmente, o capítulo da venda de bens e serviços correntes entenda-se estamos aqui a falar de água, saneamento, e resíduos aquilo que é cobrado, dez milhões de euros em média, representa dezoito vírgula dois do total das receitas, regista apenas um acréscimo de zero

virgula três relativamente a dois mil e vinte, este acréscimo que tem que ver com mais ligações, mais contrato, mais consumidores, porque de facto, a opção do município tem sido não proceder a aumentos na água, nos resíduos, e no saneamento, aliás, estamos a fazer algo um bocadinho contra as orientações da Entidade Reguladora que é manter em particular o saneamento e os resíduos, em valores abaixo daquilo que seria desejável, porque hoje querem à força que, os custos do serviço sejam todos imputados ao utilizador, mas isso levaria, de facto, as famílias e as empresas a ter outro tipo de dificuldades. Estamos de certa forma a financiar, a financiar o sistema, se fosse se uma entidade autónoma a quem o município tivesse isto concessionado ou uma empresa fosse ela Municipal, Intermunicipal, etc., garanto-vos que o nosso tarifário não era o mais barato da AML - Área Metropolitana de Lisboa, possivelmente iríamos para os mais caros.

As receitas ordinárias, elas costumam-se situar-se na ordem dos quarenta e cinco virgula sete milhões, no entanto, a receita tem um valor de cinquenta e quatro virgula oito, como tinha de ser, tem que equivaler ao valor da despesa, mas este diferencial resulta da inclusão na receita das participações no âmbito das candidaturas ao "Portugal 2020" e transferências do estado para financiar investimentos da responsabilidade da Administração Central a executar pelo município, bem como a inclusão de verbas provenientes da utilização de dois empréstimos contratados.

As despesas com investimento, situam-se nos, catorze vírgula quatro milhões de euros no orçamento inicial. Assim, os recursos financeiros são afetos às seguintes funções;

Grandes Opções do Plano, com financiamento assegurado trinta e um virgula três milhões, cinquenta e sete virgula um por cento dos quais, catorze vírgula quatro milhões, correspondem a investimento quarenta e seis por cento;

Pessoal, vinte e um virgula seis milhões de euros, trinta e nove virgula cinco por cento;

Despesas não imputadas às GOP de um vírgula nove milhões, já referido que as despesas de pessoal, sofrem aqui um aumento de cinco por cento.

O quadro da proposta que distribui os valores pelos vários grupos de funções gerais, sociais, económicas e outras funções, não vou estar a ler, os Srs. Membros da Assembleia têm-no aí, mas, de facto, as funções sociais continuam e recordo que são: educação, saúde, segurança e ação social, habitação urbanismo, ordenamento do território, saneamento, abastecimento de água, resíduos sólidos, proteção do meio ambiente e conservação da natureza, cultura, desporto, recreio e lazer, têm já definidos vinte milhões e duzentos mil euros e não definidos seis milhões e tal, ou seja no orçamento viram a atingir vinte e seis milhões oitocentos e trinta e quatro quinhentos e quarenta e quatro.

As receitas correntes, financiam a totalidade das despesas correntes, obtendo-se ainda uma poupança, sete vírgula sete milhões para redirecionar para as despesas de capital, ou seja para investimento, isto também é um bom sinal em termos aí das análises económico-financeiras. A regra do equilíbrio orçamental é cumprida, existindo um diferencial positivo de cinco virgula oito milhões de euros.

Algumas questões, assim, notas soltas, perspectiva de receitas municipais moderadas, vai-se sentir uma quebra no final de dois mil e vinte e um. A receita própria sem financiamentos de dois mil e onze a dois mil e dezanove, para terem uma ideia cresceu nove milhões de euros. A receita do Orçamento de Estado também cresceu em nove anos, um milhão de euros, achamos que devia ter crescido mais.

O IRS que foi este ano, vai ser uma boa receita, vai ter uma quebra estrondosa já no ano seguinte, prevê-se também quebras de receita do IMI, não só porque temos vindo a baixar a taxa e o IMT vai depender um bocadinho aqui, mas o nosso território continua a ter uma grande atratividade, já se nota uma quebrazinha, mas acho que ainda vamos ficar acima dos valores médios da região.

Prevê-se manter a receita de água e saneamento e resíduos, como vos disse, por opção política de não aumentar.

Aumento das despesas correntes tem que ver, despesas de pessoal e opção gestonária reposições de carreiras, contratação também já disse, despesas de capital, aumento significativo, também já disse os valores, os empréstimos para financiar obras, margem de endividamento para dois mil e vinte e uma vez,

estamos a falar de empréstimos, mantemos uma margem de endividamento de dez vírgula cinco milhões de euros.

Temos aí também no plano, como podem verificar muitas ações de locação financeira, nós estamos a renovar a nossa frota que já há muitos anos que estava necessitada e assim que passámos a ter as contas mais equilibradas, temos estado a fazê-lo paulatinamente, viaturas elétricas, viaturas mais eficientes, mas outras também que tem que continuar a ter outras energias, vamos receber agora várias viaturas ligeiras mistas de trabalho, vamos adquirir mais uma viatura de resíduos sólidos urbanos, preferencialmente a gás, mais uma viatura para os monos, um carro especial para desentupir esgotos, etc., varredoras para a limpeza urbana, enfim, é necessário ter equipamento de trabalho para sermos mais eficientes.

O serviço da dívida está perfeitamente controlado, podem encontrar os dados na página treze, as dívidas a fornecedores, um vírgula seis milhões, mas entenda-se que não são dívidas propriamente ditas têm esta classificação, um vírgula quatro milhões, são faturas em processamento o total da dívida a fornecedores é de curto prazo, não existem pagamentos em atraso.

Já falei do crescimento das receitas do Orçamento de Estado, já falei também do aumento nas aquisições de serviço muito relacionados com o outsourcing nos resíduos sólidos, um aumento que vai para três vírgula cinco milhões de euros e, sobretudo com o sistema "Porta a Porta" que implementámos e que vamos continuar a fazê-lo em mais bairros de três freguesias do concelho, os valores vão para esta ordem de grandeza.

Na iluminação pública, prevê-se a redução por via de tal contrato de eficiência energética, nos transportes por enquanto este ano ainda só vamos pagar um milhão duzentos e oitenta mil, mas no próximo ano, assim que a concessão começar em novembro aquilo que já temos perspectivado a vir a gastar, mas felizmente só em dois mil e vinte e dois, um milhão e seiscentos mil, com o novo sistema de transportes, mas que também tem um aumento da oferta no Concelho de Palmela de cento e quarenta e oito por cento, quem tem pouco, cresce muito percentualmente, mas vamos ter os principais trajetos mais reivindicados para a nossa população a funcionar, isso é que interessa.

Transferências para investimento, mais de um milhão e duzentos mil para as Juntas de Freguesia, mais de seiscentos mil para Bombeiros, um milhão e quatrocentos mil para várias entidades associativas, culturais, recreativas, sociais.

Transferências para obras, equipamentos, atividade, subsídios, um vírgula quatro milhões, página, trinta e três.

Bens de investimento, sempre a crescer, em dois mil e vinte a nossa previsão se não conseguimos executar muito, ou pagar muito, nestes últimos dias, vai ter alguém que ficar cá de castigo a trabalhar, nós em dois mil e dezanove, atingimos um valor dos mais altos dos últimos anos de oito vírgula quatro milhões de investimento, estimamos ficar um pouco abaixo desse valor este ano, mas no próximo ano, podemos chegar quase aos vinte milhões, se conseguirmos pagar tudo, e executar tudo. Infelizmente, não posso ter essa convicção, mas há, de facto, muita obra que vai ser concretizada e paga nesta transição de ano.

Há aqui um dado importante só na parte financeira, gostava e depois calo-me, é sobre as obras e a atividade que está na introdução e ficarei à disposição dos Srs. Membros da Assembleia.

O financiamento do investimento quando se fala aqui que "*ah! vão a empréstimos, etc.*" em primeiro lugar só pode ir empréstimo quem tem capacidade de endividamento e quem pode pagar, coisa que, infelizmente, a maioria das autarquias estava impedida há uns anos de o fazer e algumas só passaram a poder fazê-lo agora para ir às candidaturas a fundos, porque se fosse para outro tipo de obras não financiadas por fundos comunitários, não podem ir.

A segunda questão, e isto parece-nos importante, nós já conseguimos alguma capacidade de autofinanciamento o tal redirecionamento das correntes para capital e isso já atinge uma percentagem significativa dos dinheiros que estão afetos ao investimento. As previsões apontam não obstante esta imprevisibilidade do próximo ano, para alguma sustentabilidade das contas da autarquia nos próximos três anos e o relatório procura fundamentar isso da melhor maneira.

Quanto às ações, nos vários capítulos, continuamos a apostar forte na educação já estamos a perspetivar até a construção de escolas que não estavam no programa de mandato, mas é necessário fazer projetos candidaturas, temos muitas obras plurianuais e, por isso, *"ah! mas já falámos nisso este ano"* está bem, olhe por exemplo, o Pavilhão da Secundária, tenho o projeto pronto, viu-o hoje, estou todo contente, mas não tenho o financiamento da parte do Ministério da Educação para quem escrevia hoje para o Ministro da Tutela, porque já são desde dois mil e quinze que estamos à espera do protocolo.

Temos muitas obras plurianuais a decorrer, mas temos aqui um conjunto de novas intervenções e ações, certamente tiveram oportunidade de identificar, aquelas mais explícitas, são aquelas que têm que ver com Rede Viária, mas quero aqui também falar do forte investimento, ainda assim, na cultura, no associativismo, na dinamização económica, num conjunto de eventos que se não conseguirmos fazê-los, eu creio que vamos conseguir, se não for da forma como eram feitos dantes, vão ter que ser reformulados e, portanto, vão ter que ter verba e investimento na mesma, mas temos também aqui uma forte aposta na remodelação dos sistemas de água e, sobretudo nas águas residuais no concelho disperso com muitas frentes de construção da área de edificação dispersa, são heranças, tem que ver com o histórico de emparcelamento no território. Para terem uma ideia, nós temos, lançadas neste momento três empreitadas, duas vão começar em janeiro, porque não se consegue começar agora nesta altura, temos dois milhões e quinhentos mil euros, só de investimento em saneamento e não estou a falar-vos por exemplo, de ligar o saneamento a cinco mil lares, eu estou a falar-vos de investimentos que vão servi certamente quinhentos fogos. Dada a dispersão do nosso território as redes são caríssimas e são insustentáveis a entidade reguladora também aqui nos puxa as orelhas.

Vamos apostar forte também nesta área dos resíduos sólidos, na limpeza urbana, a remodelação dos sistemas, aumentar o porta-a-porta, disciplinar a recolha dos monos, será uma batalha muito difícil, nós temos trocado experiências com outros municípios os problemas são idênticos, mas vamos investir mais nesta área, vamos ver se os resultados aparecem.

O bem-estar animal, vamos ampliar o "CROA - Centro de Recolha Oficial de Animais de Palmela", vamos ter a intensificação do programa "CED – Capturar Esterilizar e Devolver", vamos ter um Parque Canino em Quinta do Anjo, o Sr. Presidente é que está todo contente, o de Pinhal Novo é que fica zangado.

Polidesportivo do Poceirão, uma forte aposta também na requalificação dos "Espaços de Jogo e Recreio" e nos "Polidesportivos", são algumas centenas de milhares de euros, o processo da Iluminação Pública, já foi falado.

Sra. Presidente, reservo-me para as questões dos Srs. Membros da Assembleia, muito obrigado pela atenção."

A Sra. Presidente de Mesa:

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, está aberta a discussão sobre este ponto.

Dou a palavra ao PSD/CDS, Sr. Membro da Assembleia Roberto Cortegano.

O Sr. Roberto Cortegano do PPD/PSD-CDS.PP:

"Eu quero começar por parabenizar o trabalho da Câmara por elaborar um documento que já de si é muito complexo, ainda para mais, com a migração agora para o (SNC-AP) - Sistema de Normalização Contabilística para administrações pública, e com todos os constrangimentos atuais da pandemia e ainda para mais também plurianual.

O orçamento começa por traçar um cenário muito pessimista, muito carregado, o Sr. Presidente até falou da "Lei de Murphy", mas depois vai melhorando graças ao grande esforço e ao trabalho da Câmara Municipal poderá melhorar e o futuro, ficará a salvo pela grande gestão da Câmara de Palmela, mas isto tudo à conta de coisas que não foram feitas no passado, ou terminadas no passado.

Durante quatro anos de mandato falou-se sempre nos orçamentos, que tínhamos que ter cuidado, poderia vir aí uma recessão, os saldos de gerência andaram sempre a rondar os dez milhões, agora que se prevê que venha um ano muito difícil, realmente, já sim, podemos investir à grande é um orçamento que tem acumulado de receita sem fazer o investimento correspondente todos os anos e agora em dois mil e vinte e um, pode ser tudo feito.

Basta verificar, por exemplo, o saldo de gerência, é muito muito inferior a todos os outros anos, é curioso que só no final do mandato, no último ano do mandato vemos o saldo de gerência diminuir e diminuí logo por volta dos dez milhões para um milhão.

Na receita, há um aumento de quinze vírgula oito, há aqui um valor de empréstimos, quatro virgula nove que não existia em dois mil e vinte e há depois também aqui um aumento nas taxas, coimas e outras penalidades de noventa e oito vírgula seis por cento, eu penso que isto poderá ter influência das receitas próprias agora que tem que ver..., posso continuar? Obrigado.

Tem a ver com a média dos últimos quatro anos, não sei se será isso, ou se porventura há aqui algumas isenções que ouve e que agora vai deixar de haver para dois mil e vinte e um, gostava, também ter aqui alguma explicação sobre este aumento.

Depois na parte da despesa claro, o orçamento é equilibrado, tem também mais que um vírgula oito, conforme indica a lei, as despesas com pessoal sobem de facto, cinco por cento, como disse o Sr. Presidente, mas tem menos peso na despesa total do que tinha no orçamento inicial de dois mil e vinte, em que tinha um peso de quarenta e três virgula seis e agora tem trinta e nove virgula cinco.

Depois na aquisição de bens de capital, têm mais setenta e oito virgula sete por cento, e aqui ficaria muito contente se isto significa-se mais investimento, mas, na verdade, resulta de obras mais uma vez prometidas desde o início do mandato que vão continuando a ser adiadas, ou seja, o dinheiro que fala é sempre o mesmo, as obras é que se vão arrastando e dando, como exemplo, as GOP- Grandes Opções do Plano, que são agora trinta e um virgula seis milhões, em dois mil e vinte eram vinte e quatro virgula noventa e sete, mais vinte e cinco por cento. A verdade também aqui é que em dois mil e vinte, foi o ano mais baixo do mandato, o orçamento inicial tinha a GOP- Grandes Opções do Plano, mais baixas desde o início do mandato, ou seja, baixamos no ano anterior ao ano de eleições que é para depois parecer que agora vamos ter uma grande subida no investimento em dois mil e vinte e um.

Começando pelas funções gerais, há aqui as obras no Edifício do Paços do Concelho que já vem desde dois mil e dezasseis e agora ficará pela indicação pronta em dois mil e vinte e um.

Na informação e comunicação, um assunto que deveria ser importante também para a Câmara Municipal, o texto nem sequer muda em relação a dois mil e vinte, é exatamente igual.

Na segurança há, de facto, uma obra de relevante que é o Posto Territorial da GNR em Poceirão, que é bem-vinda e esperamos que aconteça.

Nas funções sociais fala-se mais uma vez em muitas obras, mas, obras repetidas como sempre e que não foram finalizadas ou iniciadas, portanto, já estava em dois mil e vinte a nova Escola Básica em Palmela, já estava a intervenção na Escola Básica Zeca Afonso, esta já vem até prevista desde dois mil e dezoito, o Pavilhão da Escola Secundária de Palmela, que agora se vai consolidar em dois mil e vinte e um e que no ano passado dizia que se consolidava em dois mil e vinte.

Mais uma vez, onde se fala no Centro Histórico de Palmela, o texto também foi copy paste, de dois mil e vinte.

No saneamento, temos a conclusão da conclusão da Ribeira da Salgueirinha, que já vinha a dizer o mesmo em dois mil e vinte, tal como as duas grandes empreitadas com o sistema de Cajados e a rede de drenagem do Portal Branco, que também já vinha a dizer o mesmo em dois mil e vinte.

No abastecimento de água, mais uma vez, a mesma coisa prometido o sistema de controlo de perdas de águas em Palmela que também já estava em dois mil e vinte.

A proteção ambiente e conservação da natureza, temos o Largo da Mitra e o Pinhal Novo que já estava em dois mil e vinte e também já vem desde dois mil e dezoito, a beneficiação do Jardim Ferreira da Costa, que

também já estava em dois mil e vinte, na cultura, o Centro Comunitário de Águas de Moura que também já vem desde dois mil e dezoito.

Passando às funções económicas, são mais cinquenta e três virgula quatro por cento face a dois mil e vinte, há aqui, de facto, positivo nos Transportes e Comunicações a grande importância que terá a nova concessão dos Transportes para toda a AML-Área Metropolitana de Lisboa e que melhorara bastante a oferta de transportes públicos.

Temos depois a Rede Ciclável, que também já vinha de dois mil e vinte, depois fala-se da beneficiação da estrada dos Quatro Castelos, e depois aqui não se percebe bem o que é que vai ser beneficiado, a beneficiação de novecentos e cinquenta quilómetros com mais de vinte obras, na introdução são mais de novecentos com dezassete obras, mas o que é importante é que para além de não se perceber se vai ser tudo isto beneficiado, também não se percebe onde é que à verba definida e para quais obras é que a verba já está definida.

Para terminar, depois, com o Comércio e Turismo, que são duas áreas que merecia muito mais a ser planeado para dois mil e vinte e um, são das áreas que mais mal estão a passar com a atual situação da pandemia, a restauração, assim também como a cultura, e não se vê aqui um plano de ação para voltarmos pelo menos a tentar repor a normal atividade que estas áreas tinham até antes da pandemia, e disse."

A Sra. Presidente de Mesa:

"Dou agora a palavra ao Partido Socialista, Sr. Membro da Assembleia, José Carlos Sousa."

O Sr. José do Carlos Sousa PS:

"Sra. Presidente, muito boa noite para si e para os elementos da Mesa, Sr. Presidente de Câmara, para os Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, para os Membros da Assembleia, para o público que está aqui presente, para os cinco ou seis que estão lá em casa ligados, há aqui um défice de informação clara em relação a esta publicitação das Assembleias Municipais, não conseguimos efetivamente ter público, eu nem vim de gravata mas sabia já que não havia público, por isso é que, não vim, e portanto precisamos de melhorar isso claramente.

Duas notas prévias, gostava de agradecer o presente, que tiveram o obséquio de me presentear ao município já que a Assembleia Municipal, não tem um orçamento próprio, pois não tem, infelizmente, não tem orçamento próprio, portanto, é a Câmara Municipal que oferece, esperamos ainda que a agenda habitual do município também possa chegar e, portanto, era estas duas notas primeiras.

A segunda nota tem a ver com uma informação que a Sra. Presidente trouxe aqui, que tem a ver com o Aceiro do Anselmo de uma reunião que vai haver na próxima semana, etc., etc., eu agradecia que fizesse chegar, eu não poderei estar, é dia de trabalho, não poderei estar, mas de qualquer maneira, eventualmente, se os Vereadores já forem, já estará o Partido Socialista com certeza representado, se não forem, com certeza que alguém da bancada do PS, aqui na Assembleia Municipal estará presente. Eram estas três notas iniciais prévias.

Depois relativamente ao orçamento, penso que não tentarei hoje, até porque o Sr. Presidente, com certeza que já tinha as respostas para as perguntas que eu ia fazer, não tentei hoje, fazer uma análise muito comparada com aquela que fazia anteriormente e, portanto, gostava de dizer duas coisas de início.

A primeira é que temos um sistema de normalização contabilística para a Administração Pública, que nos foi explicado e muito bem, quero agradecer também ao Sr. Presidente, ao Dr. Paulo Pacheco e à Sra. Presidente da Assembleia Municipal, o facto de termos estado naquela noite, os líderes de bancada na Biblioteca Municipal para termos ali, enfim, foi um direito de resposta, direito de oposição, mas foi essencialmente um esclarecimento que me pareceu muito coerente e muito capaz.

Vem a mobilidade do orçamento e achei interessante, o Sr. Presidente referir há pouco que havia aqui coisas, efetivamente engraçadas. Começo pelo orçamento em si, e este orçamento é o orçamento que na

linha de todos os orçamentos anteriores têm vindo, a protelar e a projetar sistematicamente no ano seguinte, aquilo que é a imagem anterior. Por muito que se diga que à "n" condicionantes que enfim, tudo corre mal, porque afinal, até vencemos, temos muitos projetos, mas depois aquilo que os municípios sentem é zero, o que é facto, é que não conseguimos, de maneira nenhuma ter uma perspetiva de confiança para com a Câmara e falta efetivamente essa confiança para que depois consigamos projetar-nos naquilo que nos é dito.

O orçamento deste ano não são cinquenta e quatro, ponto sete milhões de euros, o orçamento deste ano são sessenta e nove, ponto dois milhões de euros a partir de abril, e o Senhor sabe, que com sessenta e nove ponto dois milhões de euros fazem-se flores, enfim, ia dizer uma expressão muito corrente do Pinhal Novo, mas pronto, fazem-se muitas flores, e faz-se muita coisa, a grande dificuldade que temos em acreditar que os senhores conseguem efetivamente fazer isso, é que tiveram três anos e não conseguiram mostrar nada e continuam arredados ou encaixados nas três grandes obras, Centro de Saúde de Pinhal Novo, Estado, Encosta do Castelo, Estado, Ribeira da Salgueirinha, Estado, e andamos nisto, não conseguimos ver rasgo, nem ideia, Sr. Presidente.

Diz a dado passo, aliás, penso que o Sr. Presidente referiu isto, nem vale a pena referenciar muito e foi honesto da sua parte tê-lo feito, que as "*transferência efetuada ao abrigo das Finanças Locais e provenientes do Orçamento de Estado, (Fundo de Equilíbrio Financeiro)*", estou a ler da proposta, "*Fundo Social Municipal, participação variável do IRS e participação do IVA, totalizam nove quatro ponto milhões de euros e representam dezassete ponto um do total das receitas orçamentadas*", mais um milhão ponto um, do que aquilo que tinha sido anteriormente e, portanto, penso que será significativo de alguma forma que isso assim aconteça.

Depois também não me vou deter muito sobre a Palmela Desporto, alias eu tenho pedido e a Sra. Presidente sabe, aos Membros do Partido Socialista aqui, que façamos intervenções curtas e quando fazemos, fazemos, exatamente curtas e, portanto, não me, vou alongar-me bastante.

Como todavia não posso deixar de tomar nota daquilo que o Senhor acabou de dizer, enfim, com algum gáudio, dizendo que para o Movimento Associativo vai um ponto quatro milhões de euros, ora nesta mesma proposta de Orçamento para dois mil e vinte e um, olhando para o orçamento da Palmela Desporto, percebo que estão lá setecentos e oitenta mil euros mil euros, mas no ano de dois mil e vinte, foram para lá um ponto doze milhões de euros e, portanto, este um ponto doze milhões de euros comparado com um ponto quatro milhões de euros para todo o movimento associativo do concelho, dar-nos-á com certeza que pensar e para os programas eleitorais de quem tiver que fazer, com certeza, que é um elemento fundamental.

ODS-Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, disse-lhe aqui há algum tempo, foi em junho salvo o erro que estávamos a falar de ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, nomeadamente para a entrega das Medalhas Municipais e que nunca, os ODS- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, tinham sido alvo de qualquer tipo de menção nos planos de ação, etc., etc., respondeu-me o Senhor e muito bem "*ah! isso é um documento estrutural que não temos nada que pôr lá os ODS-Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*", casualmente, meramente casualmente, encontramos logo na primeira página, os objetivos do Desenvolvimento Sustentável como grande bandeira do município para alavancar tudo aquilo que é relevante em termos de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, educação, água, pobreza, está lá tudo, mas pior ainda, é que também falámos aqui não há muito tempo da não existência do Plano de Igualdade de Género, muito querido ali à minha Patrícia Caixinha, e portanto, também vejo que, logo na primeira página, ora lá está a Igualdade de Género, o Senhor, anda a gastar muito tempo a ouvir as nossas intervenções e, portanto, tem que sair desse patamar e tentar, enfim, ter outro tipo de postura diria eu, mais racional em função daquilo que efetivamente é concretizável.

Os dez milhões de euros em obras que o Senhor colocou no Boletim Municipal de julho, meu amigo, vai toda a gente cobra-lhe isto nas próximas eleições, é que vão ver esses dez milhões de euros, obra a obra, e perceber que esses dez milhões de euros são dez milhões de euros, ou que já foram ou que nunca eram. Dou-lhe um pequeno exemplo, pequeno que tem a ver com o Projeto de "Execução para a Abertura de Arruamento em Aires", que está nesse mesmo Boletim Municipal com dez mil quinhentos e setenta e oito euros. No Diário da República de dezassete de abril, é aberto exatamente um concurso designação do contrato do contrato de abertura de novo arruamento entre a Avenida Joaquim Lindo dos Reis e a Rua do

Aljubarrota em Aires, isto custa, por aqui cerca de vinte e quatro mil euros, este arruamento e esta interseção já estava projetada há alguns anos, e em dois mil e dezanove apareceu anunciado no site do município como estando a começar, sim, estava no site do município, como estando a começar, estava nas Grandes Opções do Plano, como estando a começar. A grande questão é que não começou, havia depois disto qualquer coisa como sessenta dias para se começar a obra, estamos hoje em dezassete de dezembro de dois mil e vinte e começamos exatamente na mesma, ou seja, se lá chegarmos, não temos nada e continuamos a ter nos tais dez milhões, na parte dos dez milhões que o Senhor colocou no Boletim Municipal, dizendo a parte de cada um, continuamos a ter aqui questões que, eu disse há pouco, o vão prosseguir na campanha, porque qualquer um de nós, que está aqui, vai ter este documento sempre em cima da mesa, e vai perceber que esta não foi claramente uma boa ideia.

Há um cenário de recessão, o caríssimo elemento do PSD, já falou, não vou alongar-me por aí, mas das últimas Assembleias Municipais, muitas vezes parecia aqui que a pandemia não tinha chegado a Palmela, mas aqui, neste documento parece que já chega.

Há só aqui uma nota, que eu gostava de deixar sobre o documento, o documento faz comparações a dez anos, a doze, a quinze, eu acho que teriam de balizar uma época, e se é a dez anos, é a dez anos, se é a onze, é a onze, se é a cinco, é a cinco, nós não estamos interessados em saber o que é que acontecia quando a Sra. Presidente da Assembleia era Presidente de Câmara, quer dizer, não estamos claramente interessados o que é que acontecia nessa altura, em dois mil e onze, dois mil e doze, dois mil e treze, se calhar, estamos mais interessados, no resto, agora se comparamos com aquilo ainda quando o Carlos Sousa, era Presidente de Câmara, em dois mil e um, ora, temos aqui muitas dificuldades em perceber, porque é que fazemos aqueles quadros, as coisas mudaram, portanto, nós não podemos comparar receitas de hoje, com as receitas que havia anteriormente, não podemos comparar transferências de dois mil e oito com transferências de dois mil e vinte, são coisas que não são comparáveis, não percebo e certamente, porquê teimar em colocar isto desta forma.

As receitas aumentam globalmente, isto podia implicar e indiciar concretização de obras e isso não é visível, há uma constante insinuação de que as obras não se fazem, porque os outros, e são os outros todos, não têm capacidade de resposta, a complexidade das obras, a ausência de candidatos para as diferentes candidaturas, etc., etc., e chegamos à capacidade de endividamento, eu saúdo que a Câmara Municipal de Palmela tenha capacidade de endividamento e todos temos que saudar isso, acho que houve aqui um caminho que foi feito, em função de opções políticas que se tomaram em tempos, que deixaram a Câmara numa perspetiva, e numa situação em que tinha, por vezes, a perspetiva de receitas de loteamentos, lembro-me perfeitamente que nunca chegaram a acontecer e, portanto, houve aqui uma capacidade de endividamento que ficou muito arredada daquilo que é a necessidade de o município, neste momento, temos capacidade de endividamento, oh! Sr. Presidente, mas se nós temos capacidade de endividamento, para que é que continuamos a fazer estradas aos bochechos, porque é que fazemos a ligação entre o Poceirão e Penteado que o Senhor acabou, de dizer, a bochechos, fazemos duzentos metros, mais quatrocentos, e agora vamos fazer mais três quilómetros, e depois fazemos mais trezentos, quando fizermos mais trezentos, daqui a três anos, os primeiros já não estão transitáveis e andamos sistematicamente nisto e é esta falta de dimensão prospetiva que os Senhores têm, e é isto que às vezes me aflige um pouco sabe, porque eu gostava que isto fosse de outra maneira.

Chegamos ao final do mandato praticamente, tivemos aqui três fases, e nestas três fases, eu podia dizer que a primeira fase foi uma fase de expectativa e com necessariamente elevada, expectativa elevada, havia maior capacidade de dividendo, havia o mandato ainda todo fazer, havia planeamento hipotético, etc., etc.

Passamos à fase da concretização, pedem-se e fomentam-se empréstimos que não se utilizam, passasse saldos sistematicamente, cerca de nove milhões de euros para o ano seguinte, protelam-se e adiam-se obras, ou seja a concretização foi falhada e a última fase do mandato é a possibilidade, muito milhão adiado, sabe o que é que aconteceu? A possibilidade foi gorada.

Há um investimento que podemos considerar grandioso, vinte e dois, ponto dois milhões de euros, mas quero aqui reafirmar que temos muita dificuldade em acreditar e Sr. Presidente só temos dificuldade em acreditar em função daquilo que é a nossa experiência, e eu denominaria este orçamento, como um pequeno bloco de gelo, gelo, porque a noite por acaso nem está muito fria, mas lá fora está, porque tem

pouca chama que nos ilumine e conduza, porque, tem tudo para criar uma pequena e muito singela película de gelo que o suporta, e como sabe, com o mais pequeno descuido que exista, a película quebra e tememos que isso possa acontecer.

O Senhor está com o orçamento, em cima de uma fina película de gelo, e pode ser que os ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ajudem, mas se houver algum aquecimento global, o Senhor não terá possibilidade nem de concretizar parte daquilo que aqui tem, nem possibilidade de levar a bom porto, muitas das coisas que, neste momento já estão em execução.

E era só Sra. Presidente, muito obrigado.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Dou agora a palavra ao Bloco de Esquerda, Sra. Membro da Assembleia Tânia Ramos.”

A Sra. Tânia Ramos do BE:

“Através da pessoa da Sra. Presidente, gostaria de endereçar os meus cumprimentos a todos e a todas os presentes nesta sala e também, que estão a assistir através streaming e também dos canais youtube.

Este é um orçamento final do mandato, e é também um balanço daquilo que tem sido a gestão da CDU na Câmara de Palmela e do nosso ponto de vista aquilo que se pode afirmar é que o executivo liderado pelo Sr. Presidente Álvaro Amaro, aplicou ao nível local neste mandato e no seguimento do mandato anterior dois mil e treze e dois mil e dezassete, um controlo apertado e do nosso ponto de vista excessivo das contas que resulta depois em mais saldo, mas menos benefício para as populações.

Em suma, exatamente aquilo que a CDU vem criticando na ação dos governos dos últimos anos, mas que depois aplica a mesma receita no município, embora a Câmara não tenha implementado medidas lesivas para a generalidade dos munícipes, o facto é que também não aprofunda muito a sua ação na resolução dos problemas já identificados no concelho de Palmela. Não houve mais uma vez, uma aposta na redução das assimetrias locais, entre a área urbana onde se concentram os serviços e os empregos e a zona rural onde existem mais carências económicas e sociais. Se não, vejamos, em relação aos transportes, mobilidade e acessibilidade o próximo ano marca realmente o início da nova concessão do transporte público rodoviário na Área Metropolitana de Lisboa, a Câmara anuncia algumas novidades que vêm dar resposta a lacunas na rede de transporte público que cobre o concelho de Palmela, exemplo disso é a ligação à estação de comboios na Quinta da Marquesa, mas fazemos, neste ponto uma pergunta, esta carreira serve as localidades do Bairro Alentejano e do Bairro dos Marinheiros? E depois novas carreiras até Brejos do Assa, Olhos de Água, Autoeuropa, mas, e então na zona nascente e rural do concelho, ou seja, no Poceirão e Marateca? Não havendo para o Poceirão e Marateca novidades isto quer dizer que, na melhor das hipóteses mantem-se a resposta que já existe e isso é manifestamente pouco, sabe-nos a muito pouco.

Um autocarro de manhã e outra à tarde, ou seja, as pessoas que venham tratar de assuntos que tiverem a resolver durante a manhã e não tenham alternativa para regressar às suas casas, ficam a fazer turismo, nas salas de espera do Centro de Saúde, da Repartição de Finanças, do Registo Civil ou nos abrigos do terminal de autocarros em Palmela.

Em relação ao Circuito Urbano do Pinhal Novo, nada de novo, lembramos que o Bloco de Esquerda já neste mandato propôs que este serviço fosse gratuito como forma de incremento ao uso do transporte público por parte da população e também como contributo à melhoria da qualidade do ar nas ruas, onde se observa maior movimento de automóveis. Neste documento, não existe qualquer referência a este circuito, seja na expansão a zonas adjacentes a Vila do Pinhal Novo, seja no caminho para a gratuidade do serviço.

Na EM533 e EM533/1, as obras de beneficiação continuam a acontecer a um ritmo muito lento, aqui o alcatrão sai a conta-gotas, é caso para dizer que mais depressa se pavimenta um aceiro ou uma rua de terra batida, ou reduzida em cinco ou dez pessoas do que uma estrada que serve aproximadamente um quinto da sua população e que liga a zona rural nascente do concelho à sua sede, será que estamos a falar aqui de prioridades Sr. Presidente?

Em relação à habitação social municipal, também temos dúvidas mesmo em plena emergência social criada pela crise pandémica o executivo não aumenta a capacidade de resposta do município em termos de habitação social, apesar de algumas referências que encontramos no documento não existe um compromisso de alargar o número de habitação disponível para fazer face a situações de emergência nota-se que neste aspeto é coisa para embrulhar e deixar para o Executivo que há de vir no próximo mandato, quando já for tarde demais, para aqueles ou aquelas que se vejam sem teto.

Em relação ao ambiente e para terminar, gostaria de dizer que a Câmara continua a preferir, dar prioridade às parcerias com Associações de Defesa e Proteção dos Animais, do que no alargamento das instalações do "Centro de Recolha Oficial de Animais", nosso entender, o município está a demitir-se da sua responsabilidade enquanto entidade pública, deixando ao lado as associações a funcionar com base em voluntariado e por conseguinte mais sujeito a falhar a tarefa hercúlea de ter a cargo número de animais que ultrapassa na ordem das centenas, a lotação do "Centro de Recolha Oficial de Animais".

Aquilo que o Bloco de Esquerda gostaria de dizer e utilizando aqui um bocadinho a expressão, do meu caríssimo colega, que esteve aqui a falar anteriormente, parece que passa sempre tudo para o próximo orçamento, passa sempre, é como se tivéssemos sempre a chutar, mas nós queríamos era efetivamente que fosse tornado golo, que acertasse na baliza, que houvesse efetividade, e que houvesse concretização daquilo que são realmente as necessidades que Palmela tem e que precisam de ser resolvidas, por isso esta nossa intervenção, por isso, estas nossas chamadas de atenção ficam aqui, porque é preciso fazer mais, mais, e melhor e efetivar realmente aquilo que é proposto, planejado, que possa ser visto e concretizado.

Tenho dito, muito obrigada."

A Sra. Presidente de Mesa:

"Dou agora a palavra ao MIM, Mário Baltazar"

O Sr. Mário Baltazar do MIM:

"Obrigado Sra. Presidente.

Bem, este orçamento que nos foi apresentado para o ano de dois mil e vinte e um, é o orçamento que reflete nada mais, nada menos, do que o verdadeiro orçamento eleitoralista. Falamos de um orçamento de cinquenta e quatro à volta de cinquenta e quatro mil milhões de euros, cinquenta e cinco milhões de euros.

Quando analisamos o documento em si, conseguimos ter a perceção da verdadeira razão deste aumento assim, no que respeita ao resumo das receitas, este orçamento em relação ao ano anterior, apresenta nada mais, nada menos, do que um acréscimo de sete vírgula cinco milhões de euros, ou seja, quinze virgula oito por cento, mas toda esta amplitude deve-se à transferência de quase cinco milhões de euros do ano de dois mil e vinte, significa que ao longo destes últimos anos muita obra ficou por conceber.

Ainda no que respeita à receita, anuncia-se o aumento das taxas e coimas e outras penalidades quase em cerca de novecentos mil euros, referente ao ano de dois mil e vinte, a que se deve esta receita.

No que respeita às despesas, existe também um aumento significativo da despesa com pessoal, em cerca de um milhão de euros, este aumento deve-se naturalmente à criação de novos cargos que serão implementados.

Na aquisição de serviços, existe também uma previsão de descida de cento e dezasseis mil euros, sobe os encargos correntes da dívida em mais de quarenta e dois mil e quinhentos mil euros.

Nas Grandes Opções, ao analisar vimos que se consegue perceber a intenção mais uma vez do seu derradeiro ano desta legislatura. Depois deparamo-nos com um aumento de seis virgula três milhões de euros ou seja mais vinte e cinco virgula dois por cento, referente ao ano de dois mil e vinte, onde o maior peso incide nos investimentos e atividades nas áreas das funções sociais, quanto a este aumento até nos congratulamos, porque este executivo em plena pandemia fortalecer esta dotação em mais quatro virgula cinco milhões de euros, fica muito bem, mas quando analisamos o enquadramento da proposta, surgem

valores que despertam alguma atenção, como o crescimento elevado do objeto da segurança e ação social com mais de quatrocentos e trinta por cento ou seja novecentos e onze mil euros.

Quanto aos decréscimos, nos objetos culturais, recreativos e religiosos, culturais e desporto, recreio e lazer, não se percebe o porquê.

Ao nível das funções económicas existe também um aumento de um vírgula oito milhões de euros de destacar o objeto dos transportes e comunicações com mais noventa e um ponto trinta e um por cento.

Instalações Municipais, começaria por felicitar este executivo pelo início da dita obra do Edifício dos Paços do Concelho, que já muito se oferecia.

Em relação a outras obras que estão aqui mencionadas para o ano de dois mil e vinte e um, a maior parte continua a ser um fragmento de orçamento para orçamento.

A eficiência energética deverá sim, este executivo sustentar na melhoria dos serviços que bem precisam, quer ao nível da sua climatização como da própria iluminação, pois até poderia acrescentar que um gabinete com dezasseis metros quadrados, quatro lâmpadas fluorescentes em que, acendem todas no mesmo interruptor, logo será difícil controlarmos.

Gestão de Frota, também vimos com bons olhares a renovação da frota, por novas viaturas elétricas, quer no ponto de vista financeiro como ambiental.

Segurança e obras públicas, neste enquadramento o único ponto que trago aqui é sobre o processo de elaboração implementação do "Plano Especial de Emergência" para o Centro Histórico de Palmela, porque já no enquadramento desta matéria no ano de dois mil e vinte, dizia, prosseguia o processo e agora muda-se para concluir o processo, mas passou mais de um ano e nada, não há qualquer tipo de conclusão em relação a esta matéria.

Funções sociais, na educação no ano de dois mil e vinte, escrevia-se assim e passo a citar; *"Assume-se a construção de uma nova Escola Básica em Palmela, página quarenta e oito, no ano de dois mil e vinte, dois mil e vinte e três"*, este ano redirecionamos a frase e passa a ser a seguinte; *"Destaque para os projetos de construção de uma nova Escola Básica de Palmela, página cinquenta e sete, deste orçamento"* como se pode ver e ler, não passa de uma genuína campanha eleitoralista, até porque quando olhamos para as Grandes Opções do Plano dois mil e vinte e um/dois mil e vinte e cinco, na página cento e quarenta e dois, no objeto dois ponto um ponto um, na rubrica zero seis, zero dois/zero sete zero um, zero três, zero cinco, só existe dinheiro para dois mil e vinte e três, cinquenta mil euros, dois mil e vinte e quatro, quatrocentos e cinquenta mil euros e para o ano de dois mil e vinte e cinco, quinhentos mil euros, com um total previsto de um milhão de euros, será que não estamos mesmo perante a tal dita genuína campanha eleitoralistas.

Ainda no que concerne a esta matéria da educação gostaria de perguntar ao Sr. Presidente para quando o término também do "Plano Inovador de Combate ao Insucesso Escolar", estávamos em dezembro de dois mil e dezanove, quando foi apresentado o orçamento de dois mil e vinte, e neste momento estamos em dezembro de dois mil e vinte, e continuamos a aguardar pela conclusão, também deste plano, falamos de um plano em que a autarquia deveria dar uma maior importância, não se pode deixar passar os anos falamos inclusivamente de uma matéria importantíssima que é o Combate ao Insucesso Escolar.

Quanto à construção do Pavilhão Desportivo da Escola Secundária de Palmela, esperemos que realmente o ano de dois mil e vinte e um o mesmo se realize.

Em relação à saúde, uma única nota que é, aguardamos realmente a entrada em funcionamento da viatura médico-social com muita expectativa.

A nível do Centro Histórico, um copy paste completo do ano anterior, com um única mudança, realmente não se esqueceram e mudaram as datas, dois mil e vinte para dois mil e vinte e um.

Ainda uma referência ao Jardim de Aires, página cento e cinquenta e quatro, objeto dois ponto, quatro ponto seis, "Remodelação e Beneficiação do Jardim de Aires", segunda fase, nem a primeira existe, quanto mais a segunda fase, a rubrica era na altura zero três, zero quatro/zero sete, zero um, zero quatro, zero cinco, e tínhamos ali trinta mil euros, para a sua remodelação e beneficiação, mas, como sabeis já no ano de dois mil e vinte, com a mesma rubrica, na página cento e trinta, dizia o seguinte; *"Seria trinta mil euros, não*

estaria ainda, e depois para dois mil e vinte e um, cinquenta mil euros com um total previsto de oitenta mil euros”.

Neste momento é tudo, muito obrigado.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Dou a palavra à bancada da CDU, Sr. Membro da Assembleia, Joaquim Pires.”

O Sr. Joaquim Pires da CDU:

“Boa noite a todos e a todas, Sra. Presidente através de si cumprimento todos os demais.

A CDU tem uma ideia muito concreta sobre o documento que estamos a discutir, agradecer ao Sr. Presidente a explanação e explicação que fez do documento que retirou muitas dúvidas mesmo para eventualmente todos aqueles que fizeram uma leitura exaustiva do documento, não é muito fácil trabalhar com uma situação destas, muito menos com as alterações novas que eram para a construção deste documento e depois também não é fácil para todos trabalhar, manipular os números, como há alguns presentes, membros aqui brilhantes, tem a capacidade de o fazer e isso é bom, dá qualidade a esta Assembleia.

Só é pena, que efetivamente nas suas intervenções perante um documento tão importante, se faça algum uso político para atingir alguns fins, o que é normal também, e a manipulação desses números e desses dados, e também não é justo que se diga para quem quer ouvir e até lá para casa, que a população de Palmela, na execução deste executivo viu zero de resultados, não é verdade, e os Senhores sabem muito bem, que isso não é verdade, e a ação deste executivo não se tem baseado apenas naquilo que também aqui foi dito, da Vala da Salgueirinha, nem arranjar as Encostas do Castelo para não cair, são duas coisas bastante importantes, mas é muito mais ao nível de tudo, do social, do económico, da educação, da saúde e, portanto, acho que tem que haver clareza naquilo que é feito, naquilo que tem sido feito, e que iremos fazer com a aprovação deste documento.

Da nossa parte, entendemos que este documento é claro, é realista, é objetivo, e está bem estruturado e a distribuição de investimentos e de capital, está efetivamente bem feito, é evidente que pode ter alguns problemas, está bem feito., é um orçamento ambicioso, mas cuidado, é que tem em si também, uma parte importante de prudência na sua distribuição, na sua organização, no destino a dar a cada um dos tais, ou a dar os cinquenta e quatro milhões qualquer coisa, que é mais do que isso e que aqui também foi esclarecido há uma prudência muito grande e um objetivo, mas, há uma preocupação que é uma preocupação de servir os Palmelenses, melhorar a sua qualidade de vida e a sua dignidade como cidadãos deste país, aliás como todos. Eu pessoalmente atrevia-me a fazer um desafio, não é um desafio, se calhar um repto é que esta Assembleia e perante um documento tão importante como nós temos, que esta Assembleia o votasse favoravelmente. Muito obrigado.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Há mais um pedido de intervenção PSD/CDS, Maria Rosa Pinto.”

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD-CDS.PP:

“Na qualidade de líder da nossa bancada, não vou aqui fazer uma análise exaustiva dos números que já foi por nós feita através do Roberto Cortegano, e que temos vindo a fazer ao longo dos anos. Na verdade lamentamos muito não conseguir corresponder ao repto aqui lançado pelo ilustre colega, porque efetivamente temos considerado, contrariamente a outras bancadas que os orçamentos acreditando na boa feitura, na boa vontade, na vontade da CDU trabalhar, aliás, eu acho que nós aqui estamos por gosto, senão

não estávamos aqui a esta hora da noite na maior parte dos casos, e portanto, o documento está bem redigido, não temos nada contra ele.

Na questão da execução já vimos alertando há muito tempo e logo nos primeiros anos do mandato e até do anterior, muitas vezes da fraca execução. O Sr. Presidente vem-nos dizendo, agora os concursos ficam desertos, agora é a pandemia, agora temos pouco pessoal. É verdade que existem muitos imprevistos e só quem não trabalha os não conhece, mas, na verdade, consideramos a execução até fraca. Temos aqui o parecer da "Marques Associados" no relatório sobre a situação económica e financeira relativamente ao primeiro semestre de dois mil e vinte, que abrange precisamente a pandemia, que diz isso. As obras continuaram por toda a Lisboa. Foi o setor que não parou. O PPI, tem um grau de execução até agora, aqui feito para mostragem de catorze virgula trinta e sete, e uma execução global de quatro virgula trinta e três. Eu realmente não gosto muito de percentagens, mas estas têm que ser lidas. Também estamos preocupados, embora tenhamos votado todos os empréstimos e porque são para obras visíveis que, por acaso, muitas delas não vieram a ser executados e cá transita o saldo. Agora isto não é uma questão, no nosso entender de cautela, é porque o saldo só transita em abril e, portanto, não podia ser contido neste orçamento, aqui não é uma cautela é uma norma que se tem que cumprir.

Continuamos a considerar o que já considerámos há dois e três anos que, no último ano do mandato ia haver muito mais obras. Aliás, isso é transversal a várias autarquias e a várias cores partidárias, algumas até do nosso lado, e eu aí também crítico porque quando há a executar, aliás, o nosso colega o José Carlos também estava aqui a dar o exemplo de obras que estão a ser executadas já no mandato do Partido Socialista, mas todas elas aprovadas no Governo PSD/CDS. Portanto, nós queremos é que o PS traga para aqui obras também, uma vez que até estiveram numa onda e agora com os dinheiros que vêm aí é que vai ser. Portanto, o que aqui se critica muitas vezes, faz-se noutra sítio esta é que é verdade.

Queremos aqui dizer que queremos essas obras, que venham mais obras para o concelho. Efetivamente não osso ser cínica ao ponto de dizer que a CDU nada fez, porque isso também não corresponde à verdade. Pode é não ter correspondido às nossas expectativas e a uma boa execução orçamental. Isso eu tenho que dizer, mas fui dizendo ao longo dos tempos e nós da nossa bancada, aliás, não fomos nós que demos a mão à CDU, para ter a maioria no executivo e, portanto, queremos aqui dizer que temos sido coerentes ao longo do tempo e temos votado contra, por razões plausíveis e devidamente justificadas e ainda hoje também faremos uma declaração de voto e não estamos contra obras que estão no orçamento, porque já as reivindicávamos também há muitos anos até do tempo do Presidente Carlos Sousa, e de outros, a Sra. Presidente Ana Teresa, também, e que ao fim de vinte anos ainda não estão concretizadas. É isso que temos para dizer. Temos a convicção que faríamos melhor, a certeza não vos posso dar. No entanto, não tem sido essa a vontade da população e respeitamos, mas isso não nos impede de votar contra este tipo de orçamento, independentemente de haver nele contidos medidas e ações com as quais concordamos e que há muitos anos, reivindicamos também. E é só."

A Sra. Presidente de Mesa:

"Tenho um pedido da CDU, Sr. Membro da Assembleia Domingos Rodrigues."

O Sr. Domingos Rodrigues da CDU:

"Sra. Presidente, através da Sra. Presidente cumprimento todos os presentes.

Eu creio que, de facto, muita coisa já foi posta, hoje digo com toda a frontalidade, eu esperava que tivéssemos uma oposição que fosse coerente nas suas posições, uma posição que, de facto, tinha por obrigação de conhecer muita matéria, tinha por obrigação de defender os seus princípios, mas tinha a obrigação também, deixem-me passar o termo "seriedade política", em termos da discussão que estamos a ter.

Eu tenho aqui uma série de papéis, não os vou usar todos, mas eu também desafiava a oposição, era que pedisse à Câmara Municipal, aquele role todo que existe de tanta obra que foi feita neste concelho, e de muitas que estão em andamento, a gente deve de ter a coragem suficiente de aceitar o que foi feito,

podemos não estar de acordo com elas, mas também ao tempo que andamos aqui, nunca vi apresentarem propostas, defenderem propostas, em termos de levarem avante as suas respetivas propostas, antes, pelo contrário, crítica, crítica, crítica, o que me parece a mim, a conclusão que tiro destas intervenções que houve, não ponho de uma maneira, mas, de facto, analiso, porque não têm coragem, mas que analiso que muito trabalho, foi feito, é que muito trabalho foi feito e sabem que foi, e então poem coisinhas assim à volta, como obras repetidas de vários anos, ou andam distraídos ou caíram há pouco tempo neste concelho e era bom que se visse, era bom que continuasse a reivindicar e a continuar a reivindicar mais obras, mas, curiosamente há aqui intervenções que se esqueceram e falam de uma maneira contra a Câmara, das obras que não são da responsabilidade camarária, como seja a Câmara que tenha que resolver.

Por exemplo, dos transportes tinha aqui matéria mais que suficiente, como se o problema dos transportes fosse da Câmara, mas era bom, de um ano de lutas, e lutas, e durante muitos anos, se hoje temos melhores condições com passes sociais e tudo, foi as autarquias a onde a CDU também esteve nisto e outras forças políticas, era bom que nós víssemos também esta questão extremamente importante.

Depois fala-se aqui noutras obras, *"há, aqui o pavilhão, nunca mais é feito, aquilo e aqueloutro"*, pois é, mas como se a Câmara tenha que fazer, mas se a obra está lançada, como outras obras que foram lançadas, e como outras obras que têm perspetivas que não é da responsabilidade da Câmara, mas que a Câmara assumiu responsabilidades coniventes de ajuda para o desenvolvimento e melhores condições das populações. Eu próprio ainda com um elemento que está no atual Governo, transitou para este governo, eu próprio há cerca de três anos, estive a falar com ele, e entreguei-lhe um documento da CDU, ainda por cima, um elemento que vive neste concelho, sobre aquela escola, entreguei-lhe uma carta, ele olhou para mim *"O quê? aquilo, vamos a ver, se calhar a mais prioridades"*, mas eu vou-lhe responder, eu espero chegar a casa hoje com a esperança de ainda ter uma resposta. Mas é para se ver que, de facto, o interesse que há na resolução dos problemas da responsabilidade do Poder Central, não se faz nada, falamos no Centro de Saúde de Pinhal Novo, quantos anos é que não se teve nesta luta com propostas da CDU sempre com objetivos coerentes, responsáveis, e ao fim de treze anos com um terreno oferecido, com terreno doado pela Câmara a obra avançou, mas está muito lá da Câmara Municipal, particularmente da CDU.

A verdade se diga, também vi elementos de outras forças políticas ao nosso lado a lutar, mas depois quando vêm a para outras reuniões transformam as suas questões em termos diversos e que não coerentes. A gente, de facto, houve aqui algumas intervenções que eu não estranho e não estranho, são intervenções que eu pensava que eram construtivas, que eram intervenções revolucionárias, digamos assim, neste termos da palavra, mas são intervenções que não são sequer Sociais-Democratas, e portanto, eu parece-me a mim que devemos continuar com este trabalho, devemos desenvolver, por quem não tem matéria para votar contra este projeto, contra isto que foi feito, nós dizemos com o meu camarada de bancada disse, *"Venham junto connosco, venham reivindicar, venham lutar contra aqueles que deviam fazer e que não fazem e deixem-se demagogias baratas"*, porque isso é que é uma campanha de baixa, porque nós vamos para as populações quando tivermos que ir, não estarmos aqui em campanha, mas temos obra feita."

A Sra. Presidente de Mesa:

"Dou a palavra ao Bloco de Esquerda, para encerrar, Carlos Oliveira."

O Sr. Carlos Oliveira do BE:

"Obrigado Sra. Presidente, por me dar mais uma vez a palavra.

Eu vinha aqui responder a referência que o Sr. Membro da Assembleia, Domingos Rodrigues, fez na questão dos transportes e antecipando também já, aqui à resposta que o Sr. Presidente poderá dar sobre esta matéria.

Caríssimo Membro da Assembleia, Sr. Domingos Rodrigues, eu aconselho a ler, a fazer uma passagem pela lei, 52/2015, que diz respeito ao Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros e lá no artigo 6º, está assim:

“Municípios

1-Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, os municípios são as autoridades de transportes competentes quanto aos serviços públicos de transporte de passageiros municipais.

2 - Os municípios podem associar-se com vista à prossecução conjunta de parte ou da totalidade das respetivas competências em matéria de serviços públicos de transporte de passageiros municipais ou delegar, designadamente em comunidades intermunicipais ou nas áreas metropolitanas, as respetivas competências, nos termos do disposto no artigo 10.º”

Aqui já sabemos que o município delegou o Serviço Público de Transporte de Passageiros na Área Metropolitana de Lisboa, mas não está aqui nada nesta lei, que, como forma de complementar esta concessão de transportes, o município possa ele próprio criar redes locais de transportes.

Senhor Presidente, leia a lei, peça, apoio jurídico para ver esta lei.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Sr. Membro da Assembleia conclua lá a sua intervenção.”

O Sr. Carlos Oliveira do BE:

“Os meus camaradas juristas dizem que o município pode e deve fazer redes complementares de Serviço Público de Transporte de Passageiros, se não há vontade política é uma escolha da Câmara, se não há vontade política, então pronto, assumam isso, agora a nossa proposta continuará a ser esta, e num concelho com assimetrias que estão à vista de todos, cabe ao município onde a concessão de transportes juntos não chega complementar com uma rede local de transportes.

Disse Sra. Presidente.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Voo dar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, a quem peço, apesar de tudo que seja comedido, porque já teve uma exposição vasta na apresentação do documento, vai ter que sintetizar as respostas Sr. Presidente.

Está bem?”

O Sr. Presidente da Câmara:

“Muito obrigado, Sra. Presidente.

Começaria por duas questões mais de natureza técnica e de ajuda à inteligência e digestão desta matéria mais técnica.

Sr. Membro da Assembleia falou da questão do saldo de gerência, nós estamos num novo sistema contabilístico, naturalmente, o nosso saldo de gerência no final deste ano e quando fizemos a aprovação da conta, vão ter a noção que será um saldo muito mais elevado, e tem que ver com o conjunto de financiamentos que estão assegurados e de receitas que estão asseguradas e consignadas para as obras que transitam de ano e que são obras plurianuais decorrentes do faseamento da contratação pública.

A partir do momento em que passámos a ter aqui um projeto plurianual nós temos que ter aqui estimativas, porque não sabemos nos anos seguintes, o que é que vai acontecer em matéria do saldo de gerência se ele ao ser incorporado no ano seguinte é todo gasto ou não.

A segunda questão, que, aliás, já tinha tido oportunidade de esclarecer num fórum de Câmara Municipal, tem que ver com a alusão ou desaparecimento de uma de uma verba, dos impostos, no capítulo das receitas, nos impostos diretos que passou de novecentos e tal mil euros para um não euro. Ora bem, há uma alteração também aqui no classificador, porque deixou de existir diferenciação entre as empresas e os

particulares e, portanto, se vir orçamento do ano anterior tinha nos impostos indiretos um milhão e oitenta e três mil euros e que tinha nas taxas, multas e outras penalidades, oitocentos e noventa e dois mil euros, ora com a alteração do classificador, toda esta verba passa a estar no atual orçamento, fica apenas um euro para ficar em aberto os impostos indiretos e toda a verba é acumulada no zero quatro, taxas, multas e outras penalidades, daí que tenham valor de um milhão setecentos e setenta e um mil euros.

Feitas estas explicações, Sras. e Srs. Membros da Assembleia e interpretando sobretudo, o argumentario, dos partidos da oposição, eu gostava de começar por congratular-me com o facto de V. Exas., estarem muito preocupados com a prestação de contas da maioria que governa a Câmara, em particular a CDU, que por acaso, é boa pagadora e gosta de prestar contas. Fico também particularmente satisfeito, porque estão preocupados com a execução do programa de mandato da CDU, fico também a saber que muitas e muitos dos Srs. Membros da Assembleia, que têm votado contra o orçamento, apesar disso, gostam de algumas obras, mas que as outras que estão feitas, que os cidadãos reclamam, e que constituem o programa de mandato se votaram contra é, porque efetivamente não se revêm nessas prioridades e nessas obras, mas a preocupação acaba por ser até de certa forma irónica, porque os senhores preocupados com o eventual incumprimento desse programa de mandato, talvez faltando aqui um bocadinho de rigor na análise, ou por, tacticismo político, ignoram tudo aquilo que foi feito este mandato.

Mesmo quando dizem, *"ah fizeram algumas obras porque são obras com fundos da Administração Central"* os senhores querem retirar o mérito do município ter contratualizado com a Administração Central obrigações que são do Estado Central, V. Exas., em particular, os dois principais partidos da oposição durante anos no Governo, nunca fizeram, Ribeira da Salgueirinha, Encostas do Castelo, Unidade de Saúde Familiar Pinhal Novo Sul, foi o município conseguir contratualizar investindo durante anos, reivindicou, criou condições, apresentou terrenos, fez projetos, garante a manutenção dos espaços exteriores, liga infraestruturas, *"ah! isso foi financiado pelo Governo"*, foi financiado a obra exclusivamente, mas é que a obra é muito maior e tem muito mais encargos do que apenas o valor da empreitada.

Os nossos técnicos, a nossa fiscalização ao acompanhar obras que são da responsabilidade da Administração Central, mas para nós são as nossas obras, fomos nós que as fizemos, fomos nós que as aprovamos em termos de projeto, fomos nós que o executámos, são obras necessárias para a nossa população. Ao investirmos aí com o nosso pessoal, obviamente, se calhar, atrasamos outras, mas, felizmente estão feitas, mais inclusivamente é mentira dizer-se que é apenas com fundos da Administração Central, porque nas Encostas do Castelo, ou na Ribeira da Salgueirinha, o financiamento é apenas de oitenta e cinco por cento e, portanto, o município também investe em obras que são da responsabilidade da Administração Central.

Há aqui uma permanente pareceria em torno das questões de execução, bom quando estivermos em março ou abril, eu espero que possamos antecipar a Prestação de Contas e a Conta de Gerência, V. Exas., vão ter que ser convidados a ver os tais quadros, se calhar, com uns anos anteriores, mas, ultimamente na Conta de Gerência é apenas o do mandato, que é para V. Exas., poderem ver então quais são os graus, e os níveis, e as percentagens de execução. Nós atingimos o valor de investimento mais alto de sempre, oito milhões de euros o ano passado, quando os senhores disseram na prestação de contas este ano *"ah baixaram de oitenta e sete vírgula oito para oitenta e sete vírgula dois, estão a executar muito pouco"*, eu convido V. Exas., a irem ver ao Anuário Financeiro dos Municípios ou a outros documentos da AML – Área Metropolitana de Lisboa, para ver se o nosso município não foi um dos que esteve maior grau de execução do seu orçamento.

Os senhores só falam nisso, *"ah! arrecadaram muita receita"*, não, as estimativas hoje são feitas de uma determinada maneira, olhe, este ano não vamos atingir os cem por cento, eu gostava, que até ultrapassássemos, mas não vamos atingir os cem por cento nas receitas previstas, porque já sabemos que há ali menos novecentos mil euros, e eu gostava era que nos loteamentos e obras e outras taxas, poder aumentar, mas infelizmente a coisa com os descontos que temos feito etc., não vamos lá. Convido-vos, dado que gostam muito de números, trabalhá-los um pouco melhor, porque os níveis de execução têm sido muito acima da média.

Fico então a saber, que não fizemos nada, não fomos nós que concluímos a ampliação da Escola Básica de Aires, não fomos nós que construímos a ampliação e requalificação da Escola Matos Fortuna, este mandato, nem a Escola Básica de Cabanas, nem Escola Básica de Brejos do Assa, que os senhores devem ligar pouco

a isso, porque passam lá pouco, não fomos nós que requalificámos o Logradouro da Básica de Cajados, não fomos nós que fizemos a 2ª fase da Rua Joaquim Gomes Romão, Rua do Lagar, a Florbela Espanca, o Aceiro do Marcolino, 2ª fase da Rua Constantino Loureiro, a Rua Luís de Camões, a Rua das Flores, a Rua dos lírios, na Lagoinha, não fomos nós que fizemos a ligação da Rua da Beira Litoral à Rua da Constituição, depois se quiser ir à página setenta e três da informação do município sobre as obras, que já estão com concluídas ou a concluir ainda este ano, também não está nada feito, não fomos nós que fizemos a 1ª fase do "HUB 10", nem concluímos a 2ª fase da Ciclovia do Pinhal Novo, nem que fizemos a Ciclovia da Quinta do Anjo, nem a Rua Nova do Vale, nem o Pavilhão de Fernando Pó, nada disto foi feito este mandato.

Depois dizem-me assim *"ah! mas há aí muitas obras que já estavam em dois mil e dezasseis"* Sras. e Srs. Membros da Assembleia, isso só pode enganar quem, de facto, está menos informado, mas com seriedade, V. Exas., sabem, é pelo mesmo motivo que nós temos hoje aqui a Escola Básica de Palmela, que nós já falamos da Unidade de Saúde Familiar de Quinta Anjo, que nós temos que ter isto já no orçamento, mas sabe porquê, mesmo sem orçamento, ou mesmo perspetivando para os anos seguintes, é porque se não for assim, no dia em que abrirem as candidaturas, nós não temos condições para agilizar as candidaturas e há aqui um processo de negociação que tem que ter um histórico, e que tem um histórico, nós só não estamos neste momento a lançar concurso para a Unidade de Saúde Familiar de Quinta do Anjo, porque a Sra. Presidente da CCDR, diz que não tem condições para abrir mais um aviso, não tem instruções do Governo para isso para a construção de uma Unidade de Saúde Familiar dos mesmos moldes, que foi feito com Palmela para Pinhal Novo, feito com Sesimbra e Baixa da Banheira, nós fomos pioneiros e começámos essa negociação, sabe quando? Em dois mil e catorze, no tempo ainda do Governo da Troika, só viemos a assinar até própria Ribeira da Salgueirinha, só viemos a assinar já no outro mandato.

Os senhores recordam-se que foi em dois mil e dezassete, que o Sr. Ministro veio assinar comigo a Pinhal Novo a Ribeira da Salgueirinha, também podem dizer que a gente já estava a dizer que ia fazer-lo em dois mil e catorze, os senhores não têm noção que qualquer obra, não têm a noção da Contratação Pública que qualquer obra, pequena ou grande que seja e sobretudo, se for submetida a candidatura tem habitualmente projecção no orçamento em três anos, não é em três anos para pagar, nós temos uma fase para fazer estudo prévio, aquisições de tratamentos para às vezes até expropriar terrenos, um conjunto de procedimentos até temos depois um projeto de execução com o qual nos possamos candidatar, mais, nos fundos V.Exas., sabem e lá está, há uma diferença entre o discurso político-partidário e o discurso quando as pessoas mesmo de que outros partidos têm responsabilidades de executar, houve candidaturas e avisos, alguns ainda não saíram, na área da economia, da inovação, da investigação e do desenvolvimento não houve, estão lá no pacto da AML- Área Metropolitana de Lisboa, não fizeram, alguns avisos para a área social o dinheiro foi avocado pelo Governo para outros projetos de apoio social, em vez de chegarem às autarquias. Há avisos que ainda não abriram, nós queríamos meter Incubadora de Empresas do Pinhal Novo cuja obra está a terminar, nessa candidatura, andámos dois, três anos para fazer aquilo ou a nossa dificuldade era fazer uma obra de arranjos de quarenta mil euros, não, mas nós sabemos depois, se tivemos a obra concluída se abrir o aviso já não, podemos concorrer, já não temos financiamento, se não é desconhecimento, é má-fé, dizer que é tudo adiado, só é adiado aquilo que efetivamente não há condições para lançar.

Os Srs. falaram aqui, por exemplo, da questão da abertura da Rua de Aljubarrota, também há aqui alguma falácia com essa acusação, é que efetivamente estamos a falar de uma unidade de execução é uma questão de Ordenamento do Território, tem esta designação para efeitos de candidatura, porque aquilo que nós queremos abrir em primeiro lugar, é o arruamento, não é candidatura é empréstimo, mas nós estamos a fazer uma unidade de execução, nós estamos a fazer um loteamento, em vez dos outros particulares, porque aquilo tem terrenos públicos e tem terrenos de particulares que, por sua vez, vão poder depois construir, lotear, e vão ter que entregar lotes à Câmara ou pagar o resto das infraestruturas, acha que é um processo simples?

Acho que não há aqui também, boa fé no reconhecimento daquilo que tem sido feito, posso-lhe falar de outras coisas, os nomes das ruas, as obras, as estradas é mais fácil fixar, então o município não tem o projeto, "Percurso na Rede Inclusão Ativa em Desenvolvimento", com várias ações na área da "Pessoa Idosa", a viatura há de ser entregue em janeiro, a viatura de assistência médico-social, que vai circular nas zonas rurais.

O plano de combate ao insucesso escolar, os Srs. não sabem que o plano de combate ao insucesso escolar são dois anos e meio pedimos para que seja três anos por causa da pandemia e que está a ser executado todos os dias e que há de ter um relatório por uma entidade externa que vai avaliar todas as ações, materiais e imateriais e vai avaliar também, a escala do sucesso ou do insucesso escolar dos alunos do nosso concelho.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, deram precisamente aqui alguns exemplos que eu creio que são exemplos de trabalho e de concretização, falam de habitação etc., os municípios estão à espera do tiro de partida e eu hoje tive uma reunião sobre essa matéria, sobre estas questões, mas se calhar se lerem com atenção a Informação Municipal que V. Exa., chama de propaganda, mas é informação e por acaso acabei de combinar com o Sr. Vereador Adilo, que não púnhamos notícia nenhuma sobre o assunto, há de sair posteriormente, com calma, nós fizemos um concurso para atribuição de habitação social as cinco habitações disponíveis foram entregues até final do ano como estava comprometido e investimos só na reabilitação desses cinco apartamentos mais de cento e cinquenta mil euros. A construção de habitação com candidatura para garantir o "1º Direito.", para habitação a custos controlados, etc., só quando vier a bazuca, com fundos do IFERRU e para isso, é preciso ter estratégia local de habitação publicada e feita, a nossa é nos entregue na próxima semana.

A questão dos transportes, não vale a pena, estarem aqui a trocar galhardetes sobre esta matéria, deixem arrancar o sistema, depois, vamos ver se cumpre, ou não cumpre, a sua a sua função, se faz, ou não faz, a cobertura em rede. O município ao fazer um contrato interadministrativo de delegação desta competência que o senhor diz que tem, se eu deleguei a competência na AML - Área Metropolitana de Lisboa, está-me a dizer que eu posso fazer transportes, há aí qualquer coisa que os seus juristas estão a ver mal, mas isso também cada jurista sua sentença, o que lhe posso dizer é que não obstante a rede que há-de responder às necessidades que estão diagnosticadas, elas foram diagnosticadas através de um estudo transporte flexível para o território que dá precisamente muita atenção às zonas peri urbanas e as zonas dispersas, e que identifica os principais fluxos e, para além da rede complementar que vai ser implementada o próprio contrato que está na concessão, vai permitir soluções de transporte flexível, porque não vai um autocarro para ir buscar duas pessoas três vezes por dia.

O transporte flexível não nalguns municípios, onde surgiu esse projeto modelo no centro do país e no Norte é feito por um táxi, há muitas soluções, deixemos o Conselho Municipal de Mobilidade, todas as discussões com população, com operadores, etc., temos uma rede como nunca tivemos no concelho, vamos ver depois se à adesão a essa rede, a rede depois é adequada entre a oferta e a procura, se houver alguma carreira, porque todas as questões que aí falaram está tudo contemplado, não sei o que posso fazer mais, nós fizemos agora na Semana da Mobilidade a apresentação destas matérias, tenho pena que não tenham querido participar, mas valia a pena, porque, possivelmente estavam melhor documentados sobre esta matéria.

Naturalmente, o que eu acredito é que possa haver opções de prioridades diferentes, ou formas de fazer diferente, agora vir para aqui dizer que estamos a guardar tudo para o final do mandato, não, os Senhores estão enganados, o problema é que, no final do mandato, precisamente porque sabemos aplicar bem os dinheiros, porque conseguimos o equilíbrio financeiro e temos capacidade de endividamento que os senhores dizem "*ah! não utilizam mais, porque é que não alcatroam tudd'*", se nós tivéssemos alcatroado se calhar, não tínhamos escolas, se há trinta anos só se tivesse feito os esgotos e alicatão, se calhar, não tinha Bibliotecas, o senhor tem que distribuir o investimento pelas várias áreas de intervenção da autarquia, vêm aí novas competências, o que querem é que as autarquias se libertem da limpeza dos verdes, disto, daquilo, para se dedicarem a Institutos de Segurança Social, fazer aquilo que o Estado Central não tem feito e, portanto, devo dizer-lhes que eu percebo a incomodidade de alguns Membros da Assembleia, de estarem a ver tanta ação, tanta coisa, mas nós acrescentámos ao programa de mandato e as dezassete obras também dá-me a sensação que andamos aqui distraídos, as dezassete obras, os senhores já aprovaram, já aqui veio à Assembleia as obras a financiar pelo empréstimo, três ponto um para a Rede Viária, os Senhores sabem quais são as dezassete obras que aí estão. E são obras mas que fazem parte do programa de mandato e que tiveram que ficar para uma segunda fase, eu dou-lhe um exemplo, a Rua dos Vinhedos ou a Rua 1º de Janeiro em Pinhal, só pode ser feita depois da conclusão da Ribeira da Salgueirinha e outras são obras novas que vieram a ser priorizadas por insistência e por legitimidade, porque de facto, são necessárias da

cidadania, do processo "Eu Participo!", que mesmo em fase de pandemia teve excelentes participações e com propostas, de votação ainda não sei, porque a votação acabou no dia dez.

Há aqui uma perspetiva de se negar aqui alguma informação e de fazer também aqui com um raciocínio perverso, esta história que o orçamento mais baixo, e que ficou mais alto, é evidente que todos os anos quando metemos o saldo de gerência o nosso orçamento vai aumentar como é óbvio, em abril teremos um orçamento na ordem dos sessenta milhões ou sessenta e tal milhões. O andamento das obras depende de múltiplos fatores e os senhores só reconhecem se quiserem, mas eu dou-lhe um que me tirou do sério esta semana, um projeto pequeníssimo a ligação da saída da ciclovia da Quinta do Anjo a Cabanas, que foi pré negociado com as Infraestruturas de Portugal, que em vez de se renunciarem pelo estudo prévio para ver se estava tudo bem, exigiram já o projeto, vai o projeto para as Infraestruturas de Portugal em vinte e dois de julho, chega-me na semana passada só, depois do meu Chefe de Gabinete e eu andamos aí com reuniões com as Infraestruturas de Portugal, vem com um parecer para alterar meia dúzia de coisas, quando é que a gente lança aquela obra, podia dar-vos muitos outros exemplos, e quando se fala da inércia das autarquias e do serviço público, podia dar-vos também exemplos da inércia de entidades privadas, nomeadamente a EDP, e o Sr. Vereador pode confirmar como situações desta natureza nos tem bloqueado.

Aqui ninguém falou noutras obras, porque acham que não são obras de mandato, não, são obras de mandato, a substituição dos promotores do alvará de loteamento em Valle Flores, tem sido uma dor de cabeça, na Quinta dos Farias outra dor de cabeça, e vêm aí mais loteamentos, abandonados, são heranças complicadas, as garantias bancárias não pagam aquelas obras, mas hoje as pessoas têm direito a construir e nós estamos a ser obrigados e temos também contendas jurídicas e, se calhar até vão ter que ser judiciais sobre esta matéria, porque nos estão a obrigar a fazer projetos todos novos quando aquilo já tinha sido aprovado, com regras diferentes, criando mais inércias e mais atrasos e triplicando o valor das obras.

Nós não podemos exigir mais, aos nossos serviços, e aos nossos trabalhadores, estão de facto a fazer um trabalho extraordinário debaixo de uma enorme pressão, agravada ainda por cima pelas condições de adequação ao momento do trabalho, mesmo quem está em teletrabalho, não está a trabalhar menos, está a trabalhar com mais dificuldades, nada substitui o contacto, a discussão com o colega cara-a-cara, na análise do conjunto de setores, não conseguimos fazer mais e neste mesmo momento em que não conseguimos fazer mais, ainda fomos a jogo para fazer agora as obras da substituição do amianto que os senhores apregoaram aí "*Epá este Governo é que resolveu isto*" não, quem vai resolver isto mais uma vez, são as autarquias.

Quero começar as obras na Básica José Maria dos Santos para a semana e sabe o que é que me responderam ontem, e hoje tive que mandar um mail da Proteção Civil, e mais um assinada por mim, para os senhores da dá da ACT - Autoridade para as Condições do Trabalho, porque a ACT, tem que aprovar estas mexidas no amianto, não têm técnicos, não têm condições para apreciar os projetos. Então nós mandamos aquilo para lá à meses, dissemos, temos que começar as obras na interrupção letiva e agora vêm-nos dizer que não têm técnicos, é precisamente a obra mais pequena que é a do José Maria dos Santos, porque aqui a da Hermenegildo Capelo é muito mais pesada em termos financeiros, temos constrangimentos destes todos os dias, oh o senhor acha que eu não queria fazer as obras todas se ainda estou a meter mais dezassete, ou vinte ou trinta, queria ter as obras todas prontas e até já estou a pensar em obras para o futuro do concelho e penso que são obras indispensáveis e estratégicas para nos preparar sempre com uma visão de futuro de modernidade e para novos ciclos de investimento e desenvolvimento.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, quero sobretudo levar-vos a refletir, que têm todo o direito de ter uma visão diferente, discordar de algumas coisas, mas não me parece que sejam justas as omissões e as referências feitas a esta questão de protelar obras, o sistema de controlo de perdas de água, teve que lá estar é uma candidatura, foi aprovada recentemente só se pode implementar depois, da candidatura estar aprovada.

O "HUB 10" segunda fase, Dra. Rosa Pinto, o Tribunal de Contas, vai continuar a parar aquilo, e digo-lhe mais, o país não vai conseguir utilizar os fundos até dois mil e vinte e seis que aí vem, se não alterarem um conjunto de normas e de leis que, obviamente, tem que continuar a controlar o rigor e a transparência na aplicação de fundos públicos, mas que não pode, porque se a Administração depois não tem capacidade para responder a tempo, como acontece no Tribunal de Contas, como acontece na ACT, como acontece na

Proteção Civil para a Segurança Contra Incêndios, como acontece nas Infraestruturas de Portugal, que dão parecer sobretudo no nosso concelho, a gente não tem uma única obra que não tenha que ir às Infraestruturas de Portugal, porque temos estradas nacionais de todo o lado, temos ferrovias por todo o lado, eles têm que dar parecer sobre tudo.

A Ribeira da Salgueirinha no atravessamento da EN252, está à espera há seis meses de autorização para começar a obra, felizmente vai avançando noutras frentes, porque tem onze atravessamentos para fazer, ainda só tem três feitos, portanto, ainda faltam oito, se quiserem discutir a obra a obra, eu conto-vos a história toda das vicissitudes e das angústias que temos, mas garanto-vos que isto não é uma questão só de decisão política, porque determinação e capacidade de trabalho a Câmara tem, agora temos de facto muitos constrangimentos.

Por último, quando se gosta muito de números, etc., façam com corações, que nós gostamos, a trinta e um de agosto o Município de Palmela nos dezoito municípios da Área Metropolitana de Lisboa, era aquele que tinha mais candidaturas em curso, e em execução, estava em quarto lugar, e agora vamos ver no final do ano, como é que é, o nível de execução financeira, não é tão elevado, pois não, mas os outros também não, não se consegue terminar as obras, não se consegue pagar, as contas fazem-se no fim Sras. e Srs. Membros da Assembleia.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Sr. Presidente, Srs. Membros da Assembleia vamos, votar.”

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com catorze votos a favor da CDU, três votos contra do PPD/PSD.CDS-PP e treze abstenções (nove do PS, dois do MIM e dois do BE).

A Sra. Presidente de Mesa:

“Entretanto, presumo que estamos autorizados a prolongar a sessão para terminar a ordem de trabalhos.

Mas os senhores tiveram há bocadinho, uma intervenção em que se percebeu bem, sim, mas pode apresentar a declaração de voto.

Também pode entregar.”

O Sr. Colin Marques do PPD/PSD.CDS-PP:

“Obrigada Sra. Presidente.

O Orçamento e o Plano são os documentos mais importantes na relação estabelecida entre uma autarquia e os seus municípios, sendo o Orçamento o documento que define as prioridades políticas de um Executivo Municipal.

De acordo com as prioridades estabelecidas pelo Executivo Municipal de Palmela apresentadas neste Orçamento, o voto do Grupo Municipal da Coligação Palmela Mais (PPP/PSD-CD-.PP) será, convictamente e sem qualquer hesitação, contra.

A segurança do nosso sentido de voto é justificada pelos seguintes motivos:

O único aspeto positivo deste Orçamento reside exclusivamente em ser o último apresentado por este Executivo. O documento em si não acrescenta nada de significativo aos que o antecederam em dois mil e dezasseis, dois mil e dezassete, dois mil e dezoito, dois mil e dezanove e dois mil e vinte, igualmente maus, que em comum partilham as mesmas promessas recauchutadas de orçamento em orçamento cuja execução nunca é realizada transitando sucessivamente para o orçamento seguinte.

Este orçamento não corresponde à atitude de gestão autárquica que preconizaríamos se constituíssemos a maioria no Executivo Municipal. Não nos revemos na sua apresentação atabalhoada nem no seu conteúdo desorientado...”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Sr. Membro da Assembleia, eu acho que já fez a sua Declaração de Voto, está a extrapolar, está feito, se quiser entregue.

Mais alguma intervenção?

A figura de Declaração de Voto, como sabem é legalmente possível, mas é uma coisa que tem um objetivo muito concreto, e portanto, se se vai retomar a discussão com apreciações de natureza, outra, penso que é um mau precedente para todos.

Já votámos, foi apresentada uma declaração de voto, nós já percebemos e vamos continuar passando para o ponto seguinte.

Sobre o ponto seguinte? Sra. Membro da Assembleia, sim, pode, pode.”

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

“Ora na qualidade de líder da bancada, tenho que lavar o protesto em ata, por não ter sido permitido pela Sra. Presidente a leitura da Declaração de Voto na íntegra. Até porque as declarações de voto, cada um entende-as à sua maneira, justifica-se o voto e tira-se as conclusões. Já uma vez aqui, nos fizemos isso e protestámos e voltamos a protestar, porque pensamos que não é isto a democracia, e é só.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Sra. Membro da Assembleia, exatamente porque estamos em democracia, eu dei-vos espaço para apresentarem vossa Declaração de Voto depois de uma discussão em que tiveram mais do que uma intervenção, justificaram o que iam fazer e, portanto, neste momento, se há alguma coisa a dizer sobre a declaração de voto não é retomar a discussão e os argumentos que os senhores aqui apresentaram, porque isso era dar oportunidade de voltarmos a discutir e eu voltaria a dar ao Sr. Presidente a oportunidade de porventura, contra-argumentar.

É preciso sermos razoáveis naquilo que é uma Declaração de Voto, é simples, pronto é o seu, Sra. Membro da Assembleia, eu que tenho a responsabilidade de dirigir a sessão, tenho um entendimento diferente, se os senhores vão retomar os argumentos que já utilizaram na discussão e se já tinham dito claramente qual era o sentido de voto, como disseram agora aqui a ler, justificando com poucas palavras, o que entendiam, não vos dou oportunidade de continuarem a explicar, não tem sentido, entregue por escrito, fica apenso à ata.

Vamos continuar, pergunto se há alguma objeção a que a sessão continuou, temos pontos para aprovar, não há? Vamos continuar.

Agora, eu a partir daqui vou começar a não permitir mais do que uns minutos a cada um, incluindo ao Sr. Presidente da Câmara, peço desculpa Sr. Presidente, mas não estamos em tempo de fazer reuniões, demasiadamente longas e esta já foi para além de tudo.

Sobre o Mapa de Pessoal, alguma questão relevante ou quer aguardar as questões?”

PONTO TRÊS – Mapa de Pessoal para o ano de 2021 e Revisão ao Regulamento Interno de Descrição de Funções e Tarefas.

O Sr. Presidente da Câmara:

"Só telegraficamente, sabemos que o mapa de pessoal é um instrumento previsional com vigência temporal anual e representa e incorpora a previsão dos postos de trabalho considerados necessários ao cumprimento/prossegução dos objetivos da organização e ao desenvolvimento das atividades municipais.

Esta perspectiva estratégica da gestão dos Recursos Humanos preconizada pela Câmara, focada nas pessoas considera que o pessoal é um ativo fundamental para cumprimento das atribuições e competências e, por isso, apontamos já de acordo também com a nova Estrutura Orgânica, antecipando também necessidades face às novas competências e atenção que algumas começam a ser exercidas já no dia um de janeiro de dois mil e vinte, aquelas de natureza mais administrativa, mas também face à necessidade de renovação dos nossos quadros, o mapa de pessoal para vinte e um, a proposta inclui um total de mil cento e quarenta e seis postos de trabalho, dos quais novecentos e vinte estão ocupados, e cento e sessenta e dois vagos, mas atenção que setenta e três, estão destinados a salvaguardar situações nas categorias de origem de trabalhadores que se encontram em regime de mobilidade intercarreiras, intercategorias, em comissão de serviço em cargos dirigentes, em períodos experimentais e mobilidade na categoria em outras entidades e enquanto não cessar o prazo legal para que possam estar em comissão de serviço em mobilidade etc., temos que salvaguardar a existência destes lugares vagos, porque a qualquer momento, eles podem voltar.

Os postos efetivamente, vagos, são por isso em conjugação com o sessenta e sete postos de trabalho a criar, visam fazer face a necessidades permanentes de recrutamento, nós temos vários procedimentos concursais a decorrer, alguns deles a tramitar, outros com recurso ao instrumento mobilidade na categoria para suprir necessidades permanentes de serviço."

O Sr. Colin Marques do PPD/PSD-CDS.PP: ausentou-se da participação nos trabalhos pelas 00:07 horas.

"Salientamos durante o ano de dois mil e vinte, efetuou-se a mobilidade na categoria interna de vinte e cinco trabalhadores/trabalhadoras, duas mobilidades intercategorias, depois há aqui um conjunto de legislação que tem que ser aqui aduzida para se perceber o que aqui está em causa e fizemos também paralelamente ao mapa de pessoal, uma revisão ao Regulamento Interno da descrição de funções e tarefas até na sequência da mexida da Estrutura Orgânica que apurou muito a clarificação daquilo que se pretende com conteúdo funcional para integrar terminadas equipas e determinadas unidades orgânicas.

Está à apreciação da Assembleia e propomos que seja aprovado."

A Sra. Presidente de Mesa:

"Obrigado Sr. Presidente.

Srs. Membros da Assembleia, questões sobre esta proposta?

Dou a palavra ao MIM."

O Sr. Mário Baltazar do MIM:

"Obrigado Sra. Presidente.

Muito breve, em primeiro lugar começaria por dizer que em relação à Revisão do Regulamento Interno e das descrições de Funções e Tarefas, nota-se que existe um fortalecimento ao nível do seu conteúdo funcional genérico."

A Sra. Presidente de Mesa:

"Tem que se aproximar do microfone, desculpe, não conseguindo ouvir nada."

O Sr. Mário Baltazar do MIM:

"Em relação à matéria do mapa de pessoal, temos uma opinião muito cristalina o que testemunha na observação do escrito comparativamente com o ano transato, no mapa de resumos que nos são apresentados em que vimos aqui os aumentos como foi já falado pelo Sr. Presidente, a questão dos diretores, chefes de divisão, dirigentes, criação desses novos cargos, mas continuamos a ver aqui que a nível de assistentes operacionais independentemente de termos trinta e seis lugares para criar, neste momento, continuamos com quatrocentos e dezanove lugares, significa que temos muito poucos assistentes operacionais, neste momento.

Dos novecentos e vinte trabalhadores, neste momento, que estão aqui como ocupados, nos lugares ocupados porque depois temos mais cento e sessenta e dois, não cativos e os cativos e temos mais sessenta e sete para criar.

Mas o que me deixa um pouco perplexo é a forma como se dá as informações na construção do mapa de pessoal, mesmo nos outros anos, acontece o mesmo tipo de informação, é que na área de formação académica e profissional, nem todos os trabalhadores são contemplados com as suas formações., só aparece essa contemplação nos técnicos superiores, será que os outros trabalhadores, sejam eles operacionais ou outro tipo de trabalhadores, não têm também o direito, ou não existe o direito de quem tem acesso ao documento, perceber se existem ou não trabalhadores com formações noutras áreas?

Muito obrigada e é só."

A Sra. Presidente de Mesa:

"Dou a palavra ao PS, Patricia Caixinha."

A Sra. Patricia Caixinha do PS:

"Obrigada Sra. Presidente da Assembleia, boa noite permita-me que na sua pessoa cumprimente os elementos da restante Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Sras., e Srs., Vereadores presentes, caras e caros Membros da Assembleia, público presente, parece-me que já não está, e em casa quem nos assiste online os cumprimentos, a aproveitamento também para cumprimentar os técnicos da autarquia presentes.

Analisando esta proposta, acreditamos que este mapa de pessoal identifica o número e o perfil dos Recursos Humanos necessários para colmatar as necessidades existentes e assegurar o cumprimento dos objetivos desta autarquia.

Ora, a arte de gerir pessoas e, de facto, a chave do sucesso de uma organização, mais importante do que ter pessoas a ter a capacidade de alinha-las com os objetivos da organização e proporcionar todas as condições para que estas possam revelar todo o seu potencial, criando espaço para as novas ações e para o desenvolvimento individual dos seus trabalhadores e das suas trabalhadoras.

O grande desafio da gestão de Recursos Humanos dos municípios em geral e deste em particular é alinhar as expectativas individuais e a cultura organizacional com a missão e os objetivos de cada serviço, mantendo sempre presente a eficiência e a eficácia global da ação municipal. Isto implica preparar os trabalhadores e as trabalhadoras para responder a novos desafios para que cada um, e cada uma possa compreender, qual é o seu papel no sistema e que tenha a capacidade de iniciativa, por outro lado é também essencial, preparar bons dirigentes líderes que consigam gerir as competências e os recursos e fazer a articulação e colaboração quer interna, quer externa, de responsabilidades recursos e conhecimentos.

Desde já gostaríamos de referir que os mapas disponibilizados este ano são descritivos e permitem uma leitura mais completa e abrangente dos postos de trabalho da autarquia e, como eles se distribuem. Concretamente da análise deste mapa de pessoal preocupa-nos a existência de cento e sessenta e dois postos de trabalho vagos, sabemos que oitenta e nove, são não cativos e setenta e três cativos, como que o Sr. Presidente já referiu, representando cerca de quinze por cento do número total de postos entre

ocupados e vagos neste mapa. Por outro lado, prevê-se a criação de sessenta e sete postos de trabalho número que nos deixa a pensar se será suficiente atendendo número populacional e a dimensão do território que caracterizam este concelho.

Outra questão que quanto a nós nos preocupa é a distribuição desses números de postos a criar pelos diferentes departamentos, gabinetes e serviços, está prevista a contratação de mais trinta e seis assistentes operacionais e demais, quinze técnicos superiores, mas olhando para a distribuição do mapa de pessoal verifica-se que, no caso dos técnicos superiores, que são os únicos onde há realmente uma menção às suas habitações, conforme já foi referido aqui pelo colega que me antecedeu, nem sempre parece existir uma adequação da sua área de formação académica ou profissional aos conteúdos funcionais inerentes às funções e tarefas que são descritas. Aqui deverá a autarquia ter um papel importante na retenção e captação de talentos, nomeadamente através de formação e do desenvolvimento individual de competências que permitam a motivação dos trabalhadores e das trabalhadoras, mas também a sua evolução e progressão.

O desempenho de uma organização e neste caso de uma autarquia é medida pelo desempenho dos seus trabalhadores e trabalhadoras e para isso é necessário criar condições de trabalho que sejam funcionalmente atrativas, envolvimento relacional e psicológico saudável e possibilidade de afirmação individual e pessoal quer ao nível técnico quer ao nível formativo. O resultado de uma boa gestão pessoas reflete no desempenho e no empenho das pessoas.

Outra preocupação é que não estando em causa a necessidade de criar mais lugares é melhorarmos a parte de concretização dessa contratação, melhorando o timing envolvido no desenvolvimento dos concursos de recrutamento para que, de facto, este se torne um ponto forte de recrutamento e seleção.

Para terminar, referir que como todos os pontos que se referem a instrumentos de gestão desta autarquia, a política da bancada do Partido Socialista tem sido a da abstenção, pelo que iremos também nesta proposta abstermo-nos deixando, no entanto, a nota destes aspetos que consideramos importantes e que nos causam preocupação, e disse Sra. Presidente, obrigada.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Tem a palavra agora PSD/CDS, Maria Rosa Pinto.”

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD-CDS.PP:

“Na sequência das intervenções, está mais ou menos como no ano transato. Foi a Patrícia a fazer a sua intervenção e depois eu. Os considerandos, alguns coincidem, não vamos aqui repetir, efetivamente o nosso voto é o da abstenção. Não trazemos declaração de voto para este ponto. Continuamos a achar que fomos coartados na palavra e um dos nossos elementos abandonou a sala em sinal de protesto, o eleito Colin Marques.

O nosso voto será o da abstenção, porque consideramos que o executivo CDU, tem toda a liberdade para fazer a revisão do seu regulamento interno e do mapa de pessoal. Pois muito, como bem diz o Sr. Presidente, este é o seu executivo. E é só.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Há mais alguma intervenção?”

Pergunto ao Sr. Presidente da Câmara se quer clarificar alguma coisa, brevemente por favor.”

O Sr. Presidente da Câmara:

“Duas breves notas, primeiro esclarecimento ao Mário Rui, com efeito, assistentes operacionais, não costuma haver a adjetivação do tipo de habilitações requeridas, isso é feito para a carreira técnica onde

devido à especificidade e algumas especialidade, isso tem que ser feito, por outro lado, outro tipo de descrição também desapareceu com quem deu cabo das carreiras da Administração Pública e da Administração Local há muitos anos.

Feito este esclarecimento, agradeço também a análise detalhada e objetiva e rigorosa da Sra. Membro do Partido Socialista, não me revendo naturalmente nalgumas preocupações e noutras até são comuns e porque são comuns, esteja descansada que as questões estão asseguradas, mas quero também aqui sobretudo esclarecer para ajudar a leitura do quadro, que nós não vamos poder contratar apenas trinta e seis assistentes operacionais, nós temos que juntar os trinta e seis aos vinte e nove lugares não cativos.

Uma outra nota final, o mapa de pessoal tem que corresponder às disponibilidades orçamentais para contratar, muitas vezes, estamos à espera que alguns trabalhadores e trabalhadoras sejam apresentados para poder, porque não podemos ultrapassar determinadas despesas com pessoal.

Dito isto, e garanto-vos que este é um documento também tecnicamente muito bem feito e elaborado e eu gosto, sempre comparar com outras coisas que vejo noutras organizações similares, coerente, transparente, com a informação um bocadinho até mais além, do que do que aquilo que costuma aparecer noutros municípios e neste momento, temos condições para admitir as pessoas, se aparecerem, nós já tivemos aí concurso que também ficam desertos de pessoal. Olhe, na carreira de fiscal, por exemplo, porque também quem deu cabo da carreira de fiscal, criou ali um conjunto de entropias, nas habilitações, mas felizmente, estamos agora a conseguir, fazer entrar dois, bem que precisamos.

Para vos dizer, que este mapa de pessoal, se conseguirmos, contratar quem temos previsto em termos de concursos, etc., etc., dar resposta às necessidades da autarquia, mas quando há muita gente doente ou quando há muita gente na pré-aposentação, com baixas prolongadas, etc., etc., fazem-se sentir dificuldades nalguns setores, mas vamos receber muita gente da Administração Central, quando começarem a cair as novas competências, portanto, em dois mil e vinte e dois, não vamos ter aqui mil cento e quarenta e seis postos de trabalho, mas a nossa estimativa é que possamos ultrapassar os mil trezentos e cinquenta postos de trabalho.

Temos neste momento, a Estrutura preparada para as atribuições e competências e as respostas que temos que dar, assim se consiga ter efetivamente as pessoas a trabalhar, o que nem sempre acontece esperamos também no início do ano ter e algumas surpresas com regressos à casa, com saídas, e nós não costumamos cortar as asas aos nossos trabalhadores se querem experimentar outras funções, outros organismos da Administração Pública, muitos já foram, já experimentaram, já voltaram, é bom sinal, é porque gostaram do município de Palmela e aqui sentem-se melhor.

Disse Sra. Presidente.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Obrigada Sr. Presidente.

Então vamos votar.”

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com catorze votos a favor da CDU e treze abstenções (nove do PS, dois do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE) e dois votos contra do MIM.

A Sra. Presidente de Mesa:

“Proposta número quatro Sr. Presidente, Regulamento e Tabela de Taxas.”

PONTO QUATRO – Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Palmela – Alteração – Aprovação final.

O Sr. Presidente da Câmara:

"Muito sucintamente, foi aprovado um nova proposta de Regulamento a trinta de setembro, teve um período de consulta pública, não foram recebidos contributos de entidades externas, ainda assim os nossos serviços entenderam clarificar, identificar, e ampliar aqui um ou outro aspeto, mas estas propostas de alteração não desvirtuam em nada as opções matriciais do regulamento, nem os princípios orientadores, nem métodos de cálculo, nem princípios consagrados, legalmente, são alterações que no nosso ponto de vista, são relevantes politicamente e já direi um exemplo ou outro, mas não alteram nada do ponto de vista da regulação e da lei e da fundamentação jurídica e financeira que deve estar também subjacente a um instrumento desta natureza, o que se propõe é que o Regulamento proposto fosse dispensado de nova consulta pública devido à natureza destas alterações que foram de pouco significado e que venha a Assembleia Municipal.

Quero recordar que mexemos no Regulamento para fazer precisões, melhorias, para introduzir também normas referentes à atribuição das novas competências, por exemplo, no Licenciamento de Jogos de Fortuna ou Azar, Eventos Culturais na Proteção Civil, as tais dezasseis ou dezassete, que vamos passar a ter de dar resposta a partir do início de um de janeiro e depois, as alterações de última da hora são alterações politicamente importantes que queria aqui referir, por exemplo, o prolongamento da isenção especial para esplanadas e ocupação de espaço público, que já concedemos no âmbito da pandemia como ontem também na Reunião de Câmara aprovámos no âmbito das tarifas mais um conjunto de isenções, de benefícios para desempregados, etc., na área da água saneamento e resíduos.

Também reduções para as pessoas coletivas de utilidade pública e administrativa, no caso dos jogos de fortuna e azar, até fala-mos em Reunião de Câmara que as associações culturais, etc., pudessem ter descontos nestas taxas de licenciamento deste tipo de jogos.

Também contra a instalação de esplanadas abertas, também tivemos de nos mexer para fazer aqui uma redução de setenta e cinco por cento, porque tem outro enquadramento e a outra mexida mais significativa que correspondia também a um compromisso importante para atrair investimento para o território, se não estou em erro é a redução de cinquenta por cento das taxas Urbanísticas para empreendimentos destinados à criação de camas de alojamento, vou dizer-vos hotéis, mas não interessa agora a categoria do alojamento interessa-nos é continuar a ter uma maior oferta de alojamento no concelho de Palmela.

Disse Sra. Presidente."

A Sra. Presidente de Mesa:

" Muito bem.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, questões sobre esta proposta?

Tem a palavra o PSD/CDS, Rosa Pinto."

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD-CDS.PP:

"Na questão do turismo, que o Sr. Presidente fez questão de apresentar a redução, nós concordamos e com algumas alterações, embora consideremos também como muitos de nós dizemos isto é o país das taxas e das taxinhas. Que muitas vezes, ainda me lembro de algumas aulas na faculdade, mais não são, que alguns impostos encobertos, não são taxas, não têm a verdadeira característica de impostos.

Em todo o caso, aqui na questão do turismo concordamos, o nosso receio é que venham aí outros empreendimentos, quando alguns ainda nem estão terminados. Nem sabemos em que fases estão, como é o caso do empreendimento Palmela Village. Esperemos que isto vá dar um incentivo à conclusão e que inclua também, em certa fase, hotel. Se isto é um incentivo para virem novos empreendimentos que venham aliás os empreendimentos turísticos têm características muito específicas e legislação própria, sendo que mesmo o Palmela Village, nunca podia ter sido considerado um Aldeamento Turístico, ou neste caso, um

Projeto de Turismo, isso sempre o dissemos. Mas congratulamo-nos e vamos votar favoravelmente com esta redução também que é a que assinalamos como maior substância.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Mais alguma intervenção?

Então vamos votar.”

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (catorze da CDU, nove do PS, dois do PPD/PSD.CDS-PP e dois do MIM e dois do BE)

A Sra. Presidente de Mesa:

“Sobre o empréstimo, Sr. Presidente, quer enquadrar.”

PONTO CINCO – Empréstimo bancário de médio e longo prazo para financiamento de investimentos na rede viária municipal – Adjudicação.

O Sr. Presidente da Câmara:

“Sra. Presidente, trata-se de validar aqui a proposta de adjudicação à entidade que apresentou melhores condições, estamos a falar do tal empréstimo que já foi aqui viabilizada a identificação das obras a financiar e a proposta é clara, tem toda a informação técnica, compete à Assembleia validar.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Muito bem.

Alguma questão sobre esta proposta? Então votamos.”

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (catorze da CDU, nove do PS, dois do PPD/PSD.CDS-PP e dois do MIM e dois do BE)

A Sra. Presidente de Mesa:

“O último ponto, sobre a autorização para Assunção do Compromissos, Sr. Presidente.”

PONTO SEIS – Autorização para assunção de compromissos plurianuais resultantes de contrato de empréstimo de médio e longo prazo, celebrado junto do Banco Europeu de Investimento (BEI) – “Linha BEI PT 2020”, ao abrigo da alínea c) do n.º 1, do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

O Sr. Presidente da Câmara:

“Autorização para assunção de compromisso resultante do contrato de empréstimo de médio e longo prazo celebrado com o Banco Europeu de Investimento, para financiar uma obra que faz parte do plano das candidaturas que vimos aprovadas, nomeadamente a requalificação do Centro Comunitário de Águas de

Moura, que vai iniciar a obra em janeiro, os compromissos plurianuais obrigam à autorização da Assembleia.”

A Sra. Presidente de Mesa:

Alguma questão para esta proposta?

Então votamos.”

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (catorze da CDU, nove do PS, dois do PPD/PSD.CDS-PP e dois do MIM e dois do BE)

A Sra. Presidente de Mesa:

“Terminámos a nossa ordem de trabalhos e portanto, a sessão, queria, naturalmente, desejar a todos os Membros da Assembleia Municipal, mas também ao Sr. Presidente da Câmara, às Sras. e Srs. Vereadores, a todos os trabalhadores da Câmara Municipal e penso que já não temos munícipes, queria desejar a todos umas Boas Festas, este ano, enfim, dispensam apresentações acerca da situação especial, com que estamos confrontados, mas que todos tínhamos saúde, que consigamos fazer, ainda assim, um Natal, apesar das condições difíceis com que estamos, um bom ano para todos e cá nos reencontraremos.

Muito obrigada à Câmara Municipal pela lembrança para todos, é uma pequena amostra das coisas boas do nosso concelho.”

Não havendo mais assuntos a tratar, a **Sra. Presidente da Mesa** declarou encerrada a sessão pelas vinte e quatro horas e trinta minutos do dia dezoito de dezembro de dois mil e vinte, da qual se lavrou a presente ata, que eu, **Carlos Alberto da Silva Caçoete**, na qualidade de Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi.”

Palmela, aos dezoito dias de dezembro de dois mil e vinte.

A Presidente

Ana Teresa Vicente Custódio de Sá

O Primeiro Secretário

Carlos Alberto da Silva Caçoete